



ATA DA 87ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU

1 Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, às 14h00min, foi
2 realizada na Rua Líbero Badaró nº 504, Edifício Martinelli, 15º Andar, sala 154 -
3 Auditório. A **87ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU**;
4 através do aplicativo Microsoft Teams e transmitida ao vivo para a população em geral
5 pelo canal oficial no youtube; PAUTA DA REUNIÃO: **1.** Comunicações Gerais; **2.** 8º
6 Conferência Municipal da Cidade; **3.** Indicações para preenchimento das vagas dos
7 Movimentos Populares na Comissão Organizadora da 8º Conferência Municipal da
8 Cidade; **4.** Apresentação do Relatório de Atividades da Plataforma de Monitoramento e
9 Avaliação da Implementação do Plano Diretor Estratégico - 2024; **5.** Formação da
10 Comissão Eleitoral para a eleição da Sociedade Civil do CMPU - Biênio 2025-2027; **6.**
11 Apresentação e debate da proposta do Programa de metas da Prefeitura Municipal da
12 Cidade de São Paulo. **01)** A Presidente Suplente, Sra. Julia Maia Jereissati, iniciou a
13 reunião às 14h30min, cumprimentando as Conselheiras e os Conselheiros, e comunicou
14 a inversão de pauta entre os itens 2 e 3 como últimos itens e o item 6 como item 2,
15 mantida a ordem dos demais, sem óbices do Plenário; a presidente suplente, Sra. Julia
16 Maia Jereissati, SMUL, declarou aberta a sessão, cumprimentando os presentes e
17 informando que daria início aos trabalhos; em seguida, apresentou-se para aqueles que
18 ainda não a conheciam, esclarecendo que exerce a função de secretária adjunta de
19 urbanismo e licenciamento, vinculada à Secretária Sra. Elisabete França, registrando que
20 a titular encontrava-se em outra reunião e que compareceria oportunamente; em
21 sequência, consignou que assumiu a secretaria adjunta no mês de janeiro do corrente
22 ano e que esta era a primeira vez que conduzia a reunião na condição de presidente
23 suplente do CMPU, embora já tivesse acompanhado diversas reuniões anteriormente;
24 na sequência, informou que a presente reunião estava sendo gravada e transmitida ao
25 vivo pelo youtube, assegurando a devida publicidade e transparência dos trabalhos; em
26 continuidade aos trabalhos, a presidente suplente, Sra. Julia Maia Jereissati, SMUL,
27 informou que constavam cinco pautas além da ordem do dia; em seguida, comunicou
28 que foi recebido pedido de inversão de pauta, ponderando não vislumbrar óbice quanto
29 à alteração, submetendo a proposta à anuência dos presentes; na sequência, esclareceu
30 que as duas primeiras pautas referiam-se à conferência das cidades, registrando que os
31 representantes envolvidos encontravam-se, naquele momento, em treinamento, razão
32 pela qual solicitaram a inversão com outra pauta; em sequência, informou que a equipe
33 da Secretaria de Planejamento, responsável pela apresentação e pelo debate acerca do
34 programa de metas, encontrava-se participando de trinta e seis audiências públicas em
35 andamento, distribuídas ao longo dos dias, e que, na presente data, dividiriam a
36 participação em três audiências, motivo pelo qual solicitaram a antecipação de sua
37 pauta; diante do exposto, propôs a alteração da ordem, para que as pautas relativas à



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

38 conferência das cidades passassem a figurar como últimas e que a pauta referente ao
39 programa de metas fosse trazida para o primeiro item; com a palavra, submeteu a
40 proposta à deliberação dos membros, indagando se haveria concordância; não havendo
41 manifestações contrárias, declarou aprovada a inversão de pauta; em seguida,
42 determinou o prosseguimento da reunião e passou a palavra à Sra. Talita, Secretária
43 Executiva, para apresentação da ordem do dia; em sequência, com a palavra, a
44 secretária executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, SMUL, agradeceu à presidente
45 e deu início às comunicações gerais; informou que, na presente data, constava apenas a
46 ciência da portaria SGM nº 104, que declarou vago o cargo de titular do conselho
47 participativo municipal da macrorregião oeste, em decorrência da renúncia da
48 Conselheira Sra. Ana Paula Lima, representante do CPM; em seguida, esclareceu que
49 serão adotados os procedimentos cabíveis, com a ascensão do suplente à titularidade e
50 o devido encaminhamento das providências administrativas; na sequência, registrou que
51 já havia sido encaminhada consulta ao respectivo segmento acerca da referida renúncia,
52 considerando que houve nova eleição do CPM, inclusive com a necessidade de
53 indicação de novos conselheiros, embora ainda remanesça período de mandato em
54 curso; consignou que o processo encontrava-se pendente de manifestação e que o tema
55 foi trazido apenas para ciência do colegiado, sendo que serão dados os devidos
56 encaminhamentos em relação à renúncia; em seguida, solicitou o prosseguimento da
57 apresentação. **02)** Em continuidade a pauta, prosseguiu com o item 1 das Comunicações
58 Gerais: ciência da renúncia da Representante titular do Conselho Participativo Municipal
59 (CPM), declarando vaga a titularidade, conforme Portaria SGM nº 104, de 09 de abril de
60 2025, publicada no D.O.C. de 10 de abril de 2025; ciência das Atas da 41ª Reunião
61 Extraordinária e 86ª Reunião Ordinária; na sequência, a secretária executiva, Sra. Talita
62 Veiga Cavallari Fonseca, SMUL, informou que constavam algumas atas encaminhadas
63 aos conselheiros, conforme já mencionado anteriormente acerca do trabalho de
64 atualização das atas pendentes; ressaltou que os trabalhos estão em andamento e que
65 houve avanço na regularização dos registros; em seguida, consignou que foram
66 encaminhadas para ciência a ata da 41ª reunião extraordinária e a ata da 86ª reunião
67 ordinária; em sequência, esclareceu que a metodologia adotada atualmente consiste na
68 elaboração simultânea de uma ata recente e de uma ata antiga, considerando que foi
69 possível avançar nas atas referentes ao ano de 2022; destacou que tal procedimento
70 visa manter maior atualização em relação aos conselheiros atualmente em exercício, ao
71 mesmo tempo em que se regularizam as atas pretéritas; por fim, reiterou que o objetivo
72 é dar continuidade ao processo de organização e atualização dos registros das reuniões;
73 **03)** Em sequência foi apresentado pelos representantes da SEPLAN, Sr. Fernando Peres
74 Rodrigues e Sr. André da Soler, o Programa de Metas da 2025/2028 da Prefeitura
75 Municipal da Cidade de São Paulo; em complemento, o Coordenador de Planejamento
76 Urbano (PLANURB), Sr. Fernando Henrique Gasperini, destacou o disposto no § 4º, Art.
77 10 do Decreto nº 57.527/2016, que estabelece a responsabilidade do CMPU em
78 acompanhar os Planos de Ação; seguido de debates. em continuidade, a secretária
79 executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, SMUL, informou que seria dado



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

80 prosseguimento ao item anteriormente numerado como item 6, que, em razão da
81 inversão aprovada, passou a constar como item 2 da pauta; em seguida, registrou que o
82 referido item trata da apresentação e do debate da proposta do programa de metas da
83 prefeitura; na sequência, esclareceu que a apresentação seria conduzida por
84 representantes da Secretaria de Planejamento – SEPLAN, estando presentes o Sr.
85 Fernando Peres Rodrigues e o Sr. André Soler Soler, ambos APPGGs; consignou que o
86 Sr. Fernando Peres Rodrigues iniciaria a exposição, havendo revezamento entre os
87 expositores; por fim, passou a palavra ao Sr. Fernando Peres Rodrigues para dar início à
88 apresentação; com a palavra, o Sr. Fernando Peres Rodrigues, APPGG, SEPLAN,
89 cumprimentou a todos, desejando boa tarde; em seguida, agradeceu pelo convite para
90 que a equipe pudesse realizar a apresentação também no âmbito do conselho,
91 destacando a importância do espaço para exposição e debate da proposta do programa
92 de metas; em seguida, a secretária executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, SMUL,
93 pediu a palavra e, inicialmente, desculpou-se pela interrupção, esclarecendo que se trata
94 da primeira vez que o procedimento está sendo realizado nesse formato, a pedido da
95 Secretária; em sequência, informou que foi encaminhado e-mail aos conselheiros
96 solicitando sugestões de pautas, e que apresentaria o respectivo retorno; consignou que
97 o programa de metas foi incluído na pauta da presente reunião, além de outras questões
98 que demandavam andamento, em razão de solicitação encaminhada por mais de um
99 conselheiro; registrou que três conselheiros formalizaram o pedido de apresentação do
100 programa de metas, tendo a Secretaria recebido e respondido às manifestações; na
101 sequência, esclareceu que, a partir dessas solicitações, foi elaborada listagem contendo
102 diversas pautas sugeridas pelos conselheiros; destacou que o programa de metas foi um
103 dos temas mais demandados, motivo pelo qual a Secretária entendeu oportuno incluí-lo
104 na reunião, especialmente considerando que o assunto encontra-se em debate público,
105 com a realização de audiências públicas em curso; por fim, reiterou o pedido de
106 desculpas pela interrupção e devolveu a palavra para prosseguimento da apresentação;
107 com a palavra, o Sr. Fernando Peres Rodrigues, APPGG, SEPLAN, manifestou que a
108 intervenção da Secretária foi pertinente e que justamente abordaria esse ponto,
109 destacando que se trata de momento oportuno para o debate; ressaltou ser de grande
110 relevância a participação do Conselho na construção do programa de metas; em
111 seguida, registrou que, na condição de servidor de carreira, sua atuação está vinculada à
112 estrutura técnica, estando presente para apresentar os slides, os quais são
113 substancialmente semelhantes aos utilizados nas audiências regionais e na audiência
114 geral em curso; consignou, ainda, que, em razão de audiência pública agendada para o
115 mesmo dia, seria necessário ausentar-se um pouco mais cedo; na sequência, solicitou a
116 projeção do próximo slide e esclareceu que o atual ciclo participativo envolve quatro
117 instrumentos de planejamento, quais sejam: o programa de metas, o plano plurianual –
118 PPA, com vigência a partir do próximo ano pelo período de quatro anos, refletindo a
119 estrutura delineada no programa de metas; o orçamento cidadão, com lógica anual; e os
120 planos de ação das subprefeituras; por fim, solicitou o prosseguimento da apresentação;
121 em continuidade, o Sr. Fernando Peres Rodrigues, APPGG, SEPLAN, informou que a



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

122 primeira versão do programa de metas foi publicada em 31 de março do corrente ano;
123 em seguida, registrou que, a partir do dia 7, foi iniciado o ciclo de audiências públicas,
124 tendo ocorrido inicialmente uma audiência geral, seguida de audiências temáticas
125 organizadas por eixos do programa de metas já apresentado; na sequência, esclareceu
126 que foi iniciado o ciclo de audiências regionais, sendo realizada uma audiência em cada
127 subprefeitura; consignou, ainda, que, paralelamente ao início das audiências, foi aberto,
128 também a partir do dia 7, o canal Participe Mais para a inclusão de propostas e
129 sugestões de alteração no texto do programa de metas; informou que o prazo para
130 envio de contribuições permanece aberto até o dia 11 de maio, registrando que as
131 audiências se encerram no dia 7, havendo período adicional para que os participantes da
132 última audiência possam elaborar suas propostas; destacou que a participação por meio
133 da plataforma independe da presença nas audiências, podendo qualquer interessado
134 apresentar sugestões a qualquer tempo dentro do prazo estabelecido; ressaltou que
135 todas as propostas recebidas serão analisadas e encaminhadas às respectivas
136 Secretarias para avaliação técnica, havendo período específico destinado a esse
137 processamento; por fim, informou que a versão final do programa de metas será
138 publicada por volta do mês de setembro, ocasião em que será encaminhado à Câmara
139 Municipal o Plano Plurianual – PPA, para vinculação à lei orçamentária dos próximos
140 anos; em sequência, com a palavra, o Sr. André Soler Soler, APPGG, SEPLAN, esclareceu
141 que o slide apresentado tinha por finalidade demonstrar as datas das audiências
142 públicas em andamento; reiterou que, conforme mencionado anteriormente, estão
143 previstas 36 audiências, incluindo aquelas já realizadas e as que ocorrerão em todas as
144 subprefeituras; informou que o calendário completo encontra-se disponível no site do
145 programa de metas, recomendando que os interessados acompanhem as datas para
146 eventual participação; destacou que todas as audiências são realizadas em formato
147 híbrido, possibilitando participação tanto presencial quanto remota, e que permanecem
148 gravadas, com disponibilização posterior no canal oficial da prefeitura no youtube,
149 sendo também possível acessá-las por meio do site do programa de metas; em seguida,
150 apresentou imagem ilustrativa do site do Participe Mais, por meio do qual é possível
151 encaminhar contribuições, mencionando a disponibilização de QR Code para acesso
152 direto à plataforma; esclareceu que as contribuições podem versar tanto sobre o
153 programa de metas quanto sobre o orçamento cidadão, estando igualmente disponível,
154 na mesma página, o calendário das audiências públicas para consulta; em continuidade,
155 o Sr. André Soler Soler, APPGG, SEPLAN, esclareceu que o acesso pode ser realizado
156 diretamente pelo site oficial da prefeitura, bastando pesquisar por “programa de metas”
157 em mecanismo de busca, sendo o primeiro link direcionado ao portal correspondente,
158 ou ainda por meio do endereço do Participe Mais, vinculado à prefeitura; em seguida,
159 explicou que os instrumentos estão organizados conjuntamente em razão de previsão
160 contida em decreto, contudo, na plataforma Participe Mais, há duas entradas distintas:
161 uma referente ao programa de metas, ao plano plurianual – PPA e aos planos de ação
162 das subprefeituras, por se tratarem de instrumentos com vigência de quatro anos; e
163 outra referente ao orçamento cidadão, que possui vigência anual; consignou que, para



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

164 encaminhamento de propostas, nas audiências públicas é disponibilizada a modalidade
165 de preenchimento de formulário, cujas contribuições são posteriormente inseridas na
166 plataforma Participe Mais; em sequência, registrou que, nas audiências regionais,
167 também é adotada dinâmica de grupo, possibilitando a elaboração de propostas
168 coletivas, mediante registro escrito pelos participantes, assegurando a sistematização e
169 posterior encaminhamento das contribuições; em continuidade, o Sr. André Soler Soler,
170 APPGG, SEPLAN, esclareceu que, ao acessar diretamente o QR Code ou a plataforma
171 Participe Mais, é possível realizar proposta individual mediante cadastro com CPF e
172 criação de login; em seguida, informou que tem sido sugerido aos conselhos que criem
173 contas institucionais, a fim de que possam inserir na plataforma as propostas que
174 tenham sido previamente deliberadas no âmbito colegiado; consignou que cada registro
175 deve corresponder a uma proposta específica e individualizada; destacou que, caso haja
176 interesse em encaminhar documento mais analítico ou extenso, é possível anexá-lo a
177 cada proposta, fazendo a devida referência; contudo, ressaltou que o ideal é que as
178 propostas sejam apresentadas de forma objetiva e separada, de modo a facilitar a
179 posterior vinculação às Secretarias responsáveis pelas análises técnicas; em sequência,
180 reiterou que o prazo para envio das contribuições encerra-se em 11 de maio, domingo,
181 sendo este prazo aplicável aos quatro planos mencionados; por fim, esclareceu que o
182 orçamento cidadão possui etapa posterior específica, que envolve os Conselheiros
183 Participativos, não relacionada diretamente aos demais planos, razão pela qual não
184 adentraria em maiores detalhes naquele momento; em continuidade, o Sr. André Soler
185 Soler, APPGG, SEPLAN, passou a tratar da estrutura do programa de metas,
186 esclarecendo, de forma sintética, que o documento está organizado em quatro eixos;
187 registrou que o programa contempla 126 metas distribuídas entre esses eixos; em
188 seguida, informou que o eixo universo SP concentra metas relacionadas à mobilidade,
189 áreas verdes, meio ambiente e habitação; na sequência, consignou que o eixo viver São
190 Paulo reúne metas voltadas às políticas sociais, tais como saúde, educação e assistência;
191 em continuidade, destacou que o eixo capital empreendedora abrange metas
192 relacionadas à geração de emprego e renda, bem como ao fomento ao
193 empreendedorismo; por fim, esclareceu que o eixo capital do futuro contempla metas
194 voltadas à inovação na gestão pública, à administração municipal e à eficiência
195 administrativa, entre outros temas correlatos; em continuidade, o Sr. André Soler Soler,
196 APPGG, SEPLAN, destacou a importância de registrar que o programa de metas
197 constitui a carta de prioridades da gestão que se inicia, com vigência para os próximos
198 quatro anos; ressaltou que o documento promove alinhamento entre o plano de
199 governo eleito, as prioridades estabelecidas nos planos setoriais e as diretrizes
200 construídas junto às áreas técnicas, havendo trabalho de articulação institucional para
201 sua consolidação; em seguida, esclareceu que o programa de metas não abrange a
202 totalidade das ações que poderão ser realizadas no período, podendo ocorrer outras
203 obras e a criação de novos programas que não estejam expressamente previstos no
204 documento; contudo, enfatizou que o programa estabelece diretrizes e prioridades que
205 orientarão a atuação da administração municipal nos próximos anos, inclusive para que



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

206 os órgãos técnicos tenham clareza quanto ao direcionamento estratégico a ser seguido;
207 em continuidade, o Sr. André Soler Soler, APPGG, SEPLAN, esclareceu que, na versão
208 inicial atualmente submetida ao processo participativo, constam 39 metas não
209 regionalizáveis, isto é, metas que abrangem a totalidade do território municipal ou que
210 se referem a programas e questões organizacionais; em seguida, consignou que há 87
211 metas regionalizáveis, as quais se materializarão de alguma forma no território; registrou
212 que, em determinados casos, ainda não é possível definir previamente o local exato de
213 execução, citando como exemplo a meta de implantação de ciclovias, que estabelece
214 determinada quilometragem a ser executada ao longo da cidade, sendo a regionalização
215 detalhada ao longo da implementação; por outro lado, destacou que há metas já
216 definidas com localização específica, como a requalificação do corredor imirim; em
217 sequência, solicitou a apresentação do mapa ilustrativo das metas regionalizadas,
218 esclarecendo que o material ainda está em aperfeiçoamento para facilitar a visualização
219 pelo público, tendo por objetivo demonstrar como as metas se distribuem no território
220 municipal; na sequência, apresentou os mapas por zona da cidade, registrando que, na
221 zona norte, constam nove metas ou ações já regionalizadas nesta primeira versão,
222 abrangendo diferentes temáticas, tais como ações de drenagem, implantação de
223 corredor de ônibus, equipamentos de saúde e outros equipamentos públicos, reforma
224 ou criação de parques, prolongamento de vias e construção de terminal de ônibus, entre
225 outras intervenções; por fim, solicitou o prosseguimento da apresentação; em
226 continuidade, o Sr. André Soler Soler, APPGG, SEPLAN, registrou que, na zona leste,
227 constam 18 metas já regionalizadas nesta primeira versão, destacando-se diversas
228 intervenções relacionadas a corredores de transporte, como o BRT Aricanduva e o BRT
229 Radial Leste; em seguida, diante de questionamento formulado por convidada não
230 identificada acerca da inclusão de calçadas nas metas que mencionam ruas e avenidas,
231 passou à réplica; esclareceu que as metas relativas a prolongamento ou construção de
232 novas vias, em regra, integram conjunto mais amplo de intervenções, não se limitando à
233 execução do leito carroçável, abrangendo também a requalificação de calçadas, o
234 plantio de mudas de árvores e, em muitos casos, a implantação de ciclovias, uma vez
235 que os projetos atualmente são concebidos de forma mais qualificada e integrada;
236 consignou, contudo, que existe meta específica voltada à execução de calçadas, a qual
237 ainda não se encontra regionalizada nesta etapa, pois sua implementação ocorrerá de
238 forma distribuída, conforme a execução pelas subprefeituras; registrou, ainda, que
239 referida meta prevê a execução aproximada de 1.000.000 m² de calçadas; por fim,
240 solicitou o prosseguimento da apresentação; em continuidade, o Sr. André Soler Soler,
241 APPGG, SEPLAN, registrou que, na zona sul, constam 21 metas e ações já regionalizadas
242 nesta primeira versão, abrangendo diversos temas; em seguida, informou que, na zona
243 oeste e na região central, constam 11 metas já regionalizadas; destacou,
244 especificamente quanto à região central, ações relacionadas ao programa Todos pelo
245 Centro, incluindo intervenções como reforma de calçadas e requalificação do Terminal
246 Parque Dom Pedro, entre outras; na sequência, consignou que passaria a destacar
247 algumas metas de cada eixo, considerando que o programa contempla 126 metas, não



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

248 sendo viável a apresentação individualizada de todas naquele momento; em
249 continuidade, esclareceu que o eixo Universo SP abrange temas relacionados à natureza
250 e meio ambiente, sistema habitacional, mobilidade, infraestrutura e questões
251 urbanísticas de modo geral; registrou que este é o eixo com maior número de metas,
252 totalizando 52, bem como o que possui maior previsão orçamentária, estimada em R\$
253 31 bilhões, destinados à sua execução; por fim, solicitou o prosseguimento da
254 apresentação; em continuidade, o Sr. André Soler Soler, APPGG, SEPLAN, destacou
255 algumas metas do eixo Universo SP; registrou a meta 1, que prevê a entrega de 8 novos
256 parques; em seguida, mencionou a meta 7, que estabelece a entrega de 40.000 HIS –
257 habitações de interesse social destinadas a famílias de baixa renda; na sequência,
258 consignou a meta 13, referente à entrega do novo Centro de Operações da SPTrans;
259 destacou, ainda, a meta 14, que prevê o início da operação do BRT Aricanduva; em
260 continuidade, apresentou a meta 15, relativa ao BRT Radial Leste, contemplando o início
261 da operação do trecho 1 e o início das obras do trecho 2, considerando a extensão do
262 projeto e sua execução em etapas; em seguida, mencionou a meta 29, relacionada ao
263 Aquático Guarapiranga; registrou, ainda, a meta 45, que prevê a implantação de mais de
264 200 km de Faixa Azul, esclarecendo tratar-se de meta que será regionalizada ao longo
265 da execução, não sendo possível, neste momento, definir previamente sua localização;
266 por fim, destacou a meta 52, vinculada ao programa Todos pelo Centro, que prevê a
267 entrega do calçadão histórico do Triângulo Histórico e do Quadrilátero da República,
268 bem como a viabilização do VLT do Bom Retiro ao Centro de São Paulo; em seguida,
269 solicitou o prosseguimento da apresentação; em continuidade, com a palavra, o Sr.
270 Fernando Peres Rodrigues, APPGG, SEPLAN, passou a tratar do eixo Viver São Paulo,
271 registrando que este contempla metas relacionadas à segurança, saúde, educação e
272 assistência; em seguida, destacou a meta 53, que prevê a implantação de 40.000
273 câmeras no âmbito do programa Smart Sampa; na sequência, mencionou a meta
274 referente à entrega de quatro unidades do Paulistão da Saúde, esclarecendo que já há
275 definição regional, sendo uma unidade em cada região da cidade; em continuidade,
276 consignou a meta que prevê a implantação de prontuário eletrônico nas AMAs; por fim,
277 registrou a meta que estabelece a entrega de três Centros TEA, destinados ao
278 atendimento de pessoas com transtorno do espectro autista, igualmente com previsão
279 de uma unidade por região da cidade; em seguida, diante de apontamento formulado
280 por convidada não identificada quanto à quantidade de Centros TEA, o Sr. Fernando
281 Peres Rodrigues, APPGG, SEPLAN, apresentou réplica, esclarecendo que a meta prevê a
282 entrega de 3 Centros TEA, sendo uma unidade por região da cidade; registrou que já há
283 uma unidade entregue e em operação, razão pela qual a divisão considera três regiões,
284 com a região centro integrada à região oeste na organização adotada; em sequência,
285 destacou a meta que instituiu o programa Tarifa Zero, já criado; consignou, ainda, a
286 meta que prevê o atendimento de 600.000 alunos na educação em tempo integral;
287 mencionou a meta referente à entrega de 25 novos equipamentos de segurança
288 alimentar e nutricional; e, por fim, registrou a meta que estabelece a entrega de 10 Vilas
289 Reencontro; em continuidade, com a palavra, o Sr. André Soler Soler, APPGG, SEPLAN,



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

290 passou a tratar do eixo Cidade Empreendedora, esclarecendo que este se destina ao
291 fomento do empreendedorismo, à criação de ambiente favorável aos negócios, ao
292 estímulo à economia criativa e à qualificação profissional por meio de cursos e
293 programas específicos; destacou a meta 94, que prevê a criação do Credit Sampa, com
294 oferta de R\$ 20.000.000,00 em garantias para pequenos empreendimentos; em
295 seguida, mencionou a meta 95, que visa acelerar 200 startups por meio do programa
296 VITEC, voltado à valorização de iniciativas tecnológicas; consignou a meta 99, que prevê
297 a ampliação do programa Meu Trampo, com benefício a 10.000 jovens por meio de
298 projetos de capacitação profissional e geração de renda; registrou a meta 101, que
299 estabelece a oferta de 100.000 vagas em cursos de qualificação profissional, no âmbito
300 de programas existentes ou a serem criados; destacou a meta 105, que prevê a criação
301 do programa Longevidade Ativa, com 50.000 atendimentos a microempreendedores
302 individuais com mais de 60 anos; por fim, mencionou a meta 107, que estabelece a
303 criação do SP CityPass, voltado ao turismo, com proposta de venda combinada de
304 atrativos turísticos da cidade; em continuidade, o Sr. André Soler Soler, APPGG,
305 SEPLAN, apresentou o eixo Capital do Futuro, esclarecendo que reúne metas voltadas
306 predominantemente à administração interna e à forma de prestação de determinados
307 serviços à população; registrou que o eixo contempla temas como modernização e
308 inovação, governo ágil e acessível, transparência e participação cidadã; em seguida,
309 consignou que este eixo é composto por 17 metas, com previsão de investimento da
310 ordem de R\$ 346.000.000,00; destacou que, por se tratarem, em grande parte, de
311 metas organizacionais, tendem a demandar menor volume de recursos quando
312 comparadas a obras e intervenções estruturais, embora possam gerar impacto
313 significativo na melhoria da oferta e da qualidade dos serviços públicos prestados à
314 população; em continuidade, o Sr. André Soler Soler, APPGG, SEPLAN, destacou a meta
315 111, que prevê a instituição do Orçamento Climático Municipal, com a finalidade de
316 alinhar os investimentos às diretrizes do Plano Clima; em seguida, mencionou a meta
317 112, que estabelece a viabilização de 10 novos projetos no âmbito do Plano Municipal
318 de Desestatização; na sequência, registrou a meta 114, que prevê alcançar 95% dos
319 serviços disponíveis de forma online no Portal 156; consignou, ainda, a meta 115, que
320 trata da criação de unidade avançada de inteligência artificial voltada à melhoria dos
321 serviços públicos; em continuidade, apresentou a meta 119, referente ao
322 aprimoramento do compliance da Prefeitura de São Paulo por meio de novo programa
323 de integridade e boas práticas, com a meta de alcançar nota mínima 8 no indicador de
324 maturidade; destacou a meta 122, que prevê a constituição de fundos imobiliários com
325 propriedades da Prefeitura, com o objetivo de contribuir para a redução do déficit
326 previdenciário; mencionou a meta 123, que trata do aprimoramento do sistema de
327 gestão patrimonial dos imóveis municipais; por fim, registrou a meta 125, que prevê a
328 ampliação e o fortalecimento das ações da IMASP – Escola Municipal de Administração
329 Pública, voltadas prioritariamente à qualificação dos servidores municipais, ressaltando
330 que a instituição também oferece cursos à população em geral, embora o foco principal
331 seja a capacitação interna; por fim, o Sr. André Soler Soler, APPGG, SEPLAN, registrou



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

332 que foram destacadas apenas algumas das principais metas a título de síntese,
333 reiterando que o programa contempla 126 metas no total; em seguida, reforçou que o
334 momento atual é destinado à participação social, destacando a relevância da
335 contribuição da sociedade e, em especial, dos Conselheiros, que exercem papel
336 fundamental nesse processo; na sequência, voltou a mencionar a possibilidade de
337 acesso à plataforma Participe Mais por meio do QR Code disponibilizado; por fim,
338 convidou todos a participarem das audiências públicas, especialmente nas regiões onde
339 residem ou atuam, agradecendo a atenção e a oportunidade de apresentação; em
340 sequência, com a palavra, o Sr. André Soler Soler, APPGG, SEPLAN, apresentou réplica
341 ao primeiro questionamento, esclarecendo que, no que se refere à meta de habitação, o
342 indicador adotado é a entrega efetiva da unidade, no modelo “chave na mão”,
343 abrangendo tanto empreendimentos já em construção quanto novas unidades a serem
344 iniciadas, desde que concluídas e com a efetiva destinação da propriedade ao
345 beneficiário para moradia; em seguida, com a palavra, a Sra. Daniela, Sinduscon,
346 manifestou-se no sentido de que seria relevante avaliar a possibilidade de prever meta
347 específica voltada à contratação de novas unidades, a fim de assegurar a continuidade
348 da produção habitacional e não interromper a dinâmica atualmente estabelecida;
349 consignou que o orçamento destinado à habitação tem apresentado crescimento ano a
350 ano, com aprovação, pela Câmara Municipal, de valores progressivamente maiores;
351 destacou a importância de preservar a trajetória do programa Pode Entrar,
352 contemplando suas diferentes frentes, como parcerias com entidades, aquisições, carta
353 de crédito imobiliário e operações urbanas; por fim, registrou, a título de recomendação,
354 a necessidade de atenção simultânea às metas de entrega e às metas de novas
355 contratações, a fim de garantir a manutenção do ritmo de produção habitacional; em
356 continuidade, o Sr. André Soler Soler, APPGG, SEPLAN, apresentou adendo,
357 esclarecendo que, além da meta de produção de HIS, o programa contempla outras três
358 metas relacionadas à política habitacional, o que demonstra a centralidade do tema
359 como prioridade da gestão; na sequência, quanto à indagação sobre metas vinculadas à
360 SMUL, informou não ter participado diretamente da articulação específica da Pasta e
361 indagou se haveria complementação; em seguida, com a palavra, a presidente suplente,
362 Sra. Julia Maia Jereissati, SMUL, apresentou réplica, esclarecendo que já foi solicitada a
363 inclusão de metas relacionadas ao licenciamento nesta etapa de ajustes decorrente do
364 processo participativo, tendo sido tratado previamente com o Secretário o
365 encaminhamento para inserção das referidas metas; na sequência, a secretária
366 executiva, Sra. Talita Veiga Cavallari Fonseca, SMUL, organizou a ordem das
367 manifestações, solicitando apoio para viabilizar a fala do próximo inscrito, orientando
368 quanto ao uso do microfone para continuidade dos debates; em seguida, com a palavra,
369 o Sr. Carlos, representante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência,
370 apresentou questionamento acerca dos valores mencionados no plano de metas,
371 especialmente quanto à distinção entre metas regionalizadas e não regionalizadas;
372 indagou se o montante de R\$ 10.000.000,00 destinado a cada subprefeitura integra o
373 mesmo universo orçamentário dos aproximadamente R\$ 48 bilhões previstos no



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

374 programa de metas ou se se tratam de recursos distintos; solicitou, ainda,
375 esclarecimentos acerca da fonte orçamentária; em continuidade, com a palavra, o Sr.
376 André Soler Soler, APPGG, SEPLAN, apresentou réplica, esclarecendo que os R\$
377 10.000.000,00 referem-se ao orçamento cidadão, instrumento que tramita
378 paralelamente às audiências públicas; explicou que, no orçamento cidadão, a população
379 apresenta propostas para execução pelas subprefeituras, as quais são submetidas à
380 votação, sendo obrigatória a execução das mais votadas dentro do limite de R\$
381 10.000.000,00 destinado a cada subprefeitura; destacou que se trata de orçamento
382 específico e distinto daquele vinculado ao programa de metas, cujo montante global se
383 encontra na casa dos bilhões de reais, correspondente aos investimentos estruturais da
384 gestão como um todo; por fim, esclareceu que, no caso do programa de metas, a
385 regionalização orçamentária decorre da própria natureza e distribuição territorial de
386 cada meta, tratando-se de universo financeiro significativamente mais amplo; em
387 continuidade, com a palavra, o Sr. Carlos, representante do Conselho Municipal da
388 Pessoa com Deficiência, questionou acerca da execução das metas previstas no plano
389 de metas anterior, especificamente quanto à previsão de construção de quatro Centros
390 TEA, dos quais apenas um teria sido entregue, constando agora a previsão de três
391 unidades, completando o total inicialmente anunciado; indagou, ainda, como se dá a
392 gestão dos recursos quando metas não são integralmente executadas, se os valores
393 previstos são remanejados para outras finalidades, se há risco de novas metas, como a
394 construção dos Centros TEA, não serem cumpridas, e de que forma tal situação é
395 acompanhada, inclusive quanto à atuação do Tribunal de Contas e à destinação de
396 eventual saldo orçamentário; em sequência, com a palavra, o Sr. Fernando Peres
397 Rodrigues, APPGG, SEPLAN, apresentou réplica, esclarecendo que os recursos
398 financeiros permanecem no caixa da Prefeitura, sendo sua execução operacionalizada
399 por meio dos processos de movimentação orçamentária; explicou que, quando há saldo
400 remanescente em determinada dotação orçamentária vinculada a uma Secretaria,
401 programa, projeto ou ação, é possível realizar o remanejamento para outra dotação que
402 esteja em execução, de modo que o recurso não se perde, mas é redirecionado
403 conforme as necessidades da gestão; em seguida, ponderou que questionamentos mais
404 específicos acerca da execução de determinadas obras ou metas devem ser
405 direcionados às respectivas Secretarias responsáveis, que poderão apresentar
406 esclarecimentos detalhados sobre o andamento físico e financeiro de cada ação; em
407 complemento à réplica anterior, com a palavra, o Sr. André Soler Soler, APPGG,
408 SEPLAN, destacou que o programa de metas não vincula automaticamente o
409 orçamento; esclareceu que se trata de carta de prioridades para os próximos quatro
410 anos, estabelecendo diretrizes e compromissos da gestão; consignou que, embora
411 existam previsões de arrecadação e estimativas de despesa, não é possível determinar
412 com exatidão o volume de recursos disponíveis ao longo de todo o período; ressaltou
413 que o programa funciona como importante direcionador e indicativo das ações que
414 devem ser priorizadas, porém não implica reserva rígida e antecipada de recursos para
415 cada meta ao longo de todo o quadriênio; por fim, reiterou que a execução



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

416 orçamentária depende das condições financeiras e dos instrumentos próprios de
417 planejamento e gestão fiscal; em continuidade, a secretária executiva, Sra. Talita Veiga
418 Cavallari Fonseca, SMUL, agradeceu e concedeu a palavra ao Sr. Durval Tabach,
419 Conselheiro Titular do Conselho Participativo Municipal – Macrorregião Sul 1; com a
420 palavra, o Sr. Durval Tabach cumprimentou os presentes e registrou que sentiu falta, na
421 apresentação, de maior aprofundamento em temas diretamente relacionados ao escopo
422 do Conselho Municipal de Política Urbana, especialmente no âmbito do eixo Universo
423 SP, que envolve moradia, obras viárias e demais intervenções urbanísticas; consignou
424 que, ao analisar de forma preliminar as metas apresentadas, observou a previsão de
425 diversas obras viárias de grande porte, com impacto orçamentário significativo; em
426 seguida, questionou se tais intervenções decorrem e estão alinhadas aos instrumentos
427 de planejamento vigentes, tais como o Plano Diretor, o Plano de Mobilidade e o Plano
428 de Ação Climática, entre outros mecanismos normativos e estratégicos existentes; em
429 continuidade, o Sr. Durval Tabach, Conselheiro Titular, Conselho Participativo Municipal
430 – Macrorregião Sul 1, registrou que, pelo que compreende, trata-se de versão preliminar
431 do plano de metas, apresentada pela Prefeitura para debate público, sendo este o
432 momento oportuno para intervenções e sugestões; ressaltou que espera que tal debate
433 não se restrinja apenas à plataforma Participe Mais, mas que também ocorra no âmbito
434 do Conselho, enquanto foro qualificado de discussão de política urbana; em seguida,
435 manifestou interesse em aprofundar, no âmbito do colegiado, a análise das questões
436 relacionadas ao planejamento urbano, especialmente quanto às obras viárias previstas;
437 consignou que identificou metas envolvendo intervenções de grande porte, como o
438 túnel Sena Madureira, que, em seu entendimento, conflitaria com diretrizes constantes
439 de planos vigentes; mencionou, ainda, o prolongamento da Avenida Marginal Pinheiros,
440 com possível impacto sobre a área do Parque Jurubatuba, além de outras intervenções
441 de relevo; diante disso, propôs que o Conselho realize reunião específica e exclusiva
442 para discutir, de forma aprofundada, as obras viárias previstas no programa de metas, à
443 luz dos instrumentos de planejamento urbano existentes; em continuidade, o Sr. Durval
444 Tabach, Conselheiro Titular, Conselho Participativo Municipal – Macrorregião Sul 1,
445 reiterou que sua proposta consiste na realização de reunião específica para tratar das
446 metas relacionadas ao planejamento urbano, possibilitando que o Conselho se debruce
447 com maior profundidade sobre as intervenções previstas; consignou que, a partir desse
448 debate, o colegiado poderia elaborar sugestões concretas e fundamentadas; ponderou
449 que, possivelmente, não haveria tempo hábil para conclusão desse trabalho até o prazo
450 de 11 de maio, porém sugeriu a elaboração de documento técnico com análise mais
451 detalhada das questões urbanísticas envolvidas; por fim, solicitou que fossem
452 apresentados maiores esclarecimentos acerca do alinhamento das metas com os
453 instrumentos de planejamento urbano vigentes, considerando a relevância do tema para
454 as atribuições do Conselho; em sequência, com a palavra, o Sr. André Soler Soler,
455 APPGG, SEPLAN, apresentou réplica, consignando que diversas metas estão
456 relacionadas a obras e projetos de intervenção urbana; esclareceu que já houve trabalho
457 prévio de articulação dessas metas com os planos setoriais vigentes, buscando



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

458 alinhamento, especialmente no caso das obras de mobilidade, ao Plano Diretor e ao
459 Plano de Mobilidade; registrou que várias das intervenções previstas já constam desses
460 instrumentos; em seguida, ponderou que é pertinente a realização de análise técnica
461 mais aprofundada acerca da vinculação de cada meta aos respectivos instrumentos de
462 planejamento, inclusive em diálogo com a SMUL; consignou que algumas intervenções
463 mencionadas pelo Conselheiro não constam exatamente nos termos citados, porém
464 outras estão expressamente previstas, como a extensão da Avenida Marquês de São
465 Vicente, prevista desde 2016 como apoio urbano sul, e a Avenida Professor Aristides de
466 Souza Mello Pinotti, constante do Mapa 8 do Plano Diretor; destacou, ainda, que as
467 obras viárias atualmente são concebidas de forma mais qualificada, não se restringindo à
468 ampliação de vias para veículos, mas incorporando ciclovias, faixas exclusivas de ônibus
469 e intervenções integradas ao sistema de corredores, compondo projetos com maior
470 qualificação do espaço urbano; por fim, reiterou a importância de aprofundar o debate
471 técnico no âmbito do Conselho; com a palavra, Sr. André deu continuidade à
472 explanação, ressaltando que, no tocante ao Conselho, é fundamental que sejam
473 apresentadas as contribuições pertinentes, afirmando que este é, com certeza, o
474 momento oportuno para tanto; esclareceu que se trata de versão inicial do documento,
475 sendo que a versão final, de caráter participativo, somente será concluída no mês de
476 setembro; em seguida, destacou ser muito interessante que os membros se aprofundem
477 na temática do próprio Conselho, enfatizando a relevância da análise qualificada; na
478 sequência, consignou que a equipe da Secretaria de Planejamento coloca-se à
479 disposição para contribuir no que for possível, em conjunto com as áreas técnicas
480 competentes, ressaltando que, embora integrem a Secretaria de Planejamento, as metas
481 possuem estrutura própria, sendo que cada meta conta com órgão responsável
482 específico; em continuidade, pontuou a importância de tentar auxiliar na construção e
483 no aprimoramento do trabalho apresentado, afirmando tratar-se de atuação
484 complementar em benefício do aprimoramento das metas e das ações correlatas; com a
485 palavra, o Conselheiro do Conselho Participativo Municipal Macrorregião Sul 1, Sr.
486 DURVAL TABACH, manifestou-se em relação ao mapa 8 anteriormente mencionado,
487 especificamente no tocante à área denominada cena Madureira, ressaltando que consta
488 no referido mapa um indicativo pontual de que o local requer intervenção; ponderou,
489 entretanto, que o documento não explicita se a intervenção prevista consiste na
490 implantação de túnel, na mera alteração semafórica ou em outra medida de
491 requalificação viária; em seguida, reiterou proposta apresentada no âmbito do Conselho
492 Participativo, no sentido de que seja elaborado documento formal contendo sugestões e
493 críticas ao Plano de Metas; na sequência, registrou o interesse de que tal iniciativa seja
494 apreciada pelo colegiado, inclusive com possibilidade de submissão à votação, caso
495 viável; por fim, consignou a importância de que o referido documento seja elaborado
496 com maior profundidade, contemplando discussão específica acerca das questões
497 atinentes à política urbana, agradecendo a oportunidade de manifestação; em seguida,
498 com a palavra, a Secretária Executiva, Sra. TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA,
499 dirigiu-se ao Conselheiro Sr. DURVAL TABACH, informando que a manifestação restou



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

500 devidamente anotada; consignou que já estava em diálogo com a Sra. Júlia para
501 verificação dos encaminhamentos cabíveis, esclarecendo que, possivelmente, será
502 necessária a convocação de reunião extraordinária, mediante solicitação formal para
503 apresentação das pautas sugeridas; na sequência, pontuou que, após a devida
504 apresentação, o CMPU poderá realizar encaminhamento formal sobre a matéria; ato
505 contínuo, passou a palavra à Sra. Beatriz para prosseguimento das manifestações. Com a
506 palavra, a Representante da Associação Comercial de São Paulo, Sra. BEATRIZ,
507 cumprimentou a todos e informou que representa o setor empresarial; em seguida,
508 consignou que algumas questões já haviam sido parcialmente abordadas, mas que
509 gostaria de contribuir com o processo, destacando ter sentido falta de um “de-para”
510 entre as metas apresentadas e os planos setoriais existentes, ressaltando que são
511 numerosos e que seria importante explicitar as correlações entre eles; na sequência,
512 corroborando a manifestação da Sra. Daniela, registrou a ausência de metas
513 relacionadas à desburocratização e à simplificação de processos, especialmente no que
514 se refere à SMO, ponderando, contudo, que tal apontamento também se aplica a outras
515 Secretarias; em continuidade, salientou que, ainda que não conste como meta
516 específica, seria relevante inserir, no âmbito do monitoramento, algum tipo de avaliação
517 de desempenho ou de experiência do usuário em relação aos serviços públicos, de
518 modo que se possam estabelecer metas de aprimoramento daquilo que já existe, com
519 fundamento no feedback da população acerca dos serviços prestados; por fim, indagou
520 acerca da forma como será realizado o monitoramento das metas, registrando a
521 expectativa de que haja acompanhamento pelo cidadão, com transparência e
522 periodicidade inferior aos seis meses previstos em lei, agradecendo a oportunidade de
523 manifestação; em seguida, com a palavra, o Conselheiro do CMPU, Sr. JOSÉ ANDRÉ,
524 cumprimentou a todos e todas, bem como os colegas do colegiado; na sequência,
525 manifestou certo estranhamento quanto à forma de apresentação das metas,
526 ponderando que o próprio Decreto que regulamenta as atribuições do CMPU
527 estabelece, em seu artigo terceiro, inciso quinto, que compete ao Conselho colaborar na
528 proposição das próprias metas; ressaltou que, ao que se verifica, os Conselhos
529 Participativos Municipais – CPMs já foram visitados e receberam o material
530 correspondente, o que, em seu entendimento, evidencia que o CMPU tem sido tratado
531 de forma secundária; consignou que tal situação revela ausência da devida importância
532 e do necessário respeito ao próprio Plano Diretor Estratégico; por fim, registrou que
533 essa tem sido uma prática recorrente em diferentes administrações, deixando
534 formalizada sua colocação para constar em ata; em continuidade, com a palavra, o
535 Conselheiro do CMPU, Sr. JOSÉ ANDRÉ, apresentou nova colocação acerca da meta nº
536 8, registrando considerá-la estranha, na medida em que estabelece a entrega de
537 100.000 títulos de posse ou propriedade por meio de regularização fundiária; ponderou
538 que a redação demanda maior esclarecimento, sobretudo à luz da Lei Federal nº
539 13.465/2017, que disciplina a regularização fundiária; destacou que existem dois
540 institutos aplicáveis ao tema, quais sejam, a legitimação fundiária, relacionada à
541 propriedade, e a legitimação possessória, atinente à posse; consignou, ainda, que tal



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

542 distinção também se encontra contemplada na legislação municipal de regularização
543 fundiária, cuja construção contou com a colaboração do Conselho Municipal de
544 Habitação, do qual participou pelo período de quatro anos e meio; na sequência,
545 ressaltou a existência de marco temporal estabelecido em 22 de dezembro de 2016 na
546 legislação fundiária, enfatizando a relevância desse aspecto para a correta compreensão
547 da meta apresentada; diante disso, solicitou que o palestrante esclareça de forma mais
548 detalhada a fundamentação técnica e jurídica da meta, a fim de evitar que a
549 apresentação se limite à exposição numérica desacompanhada de embasamento,
550 mencionando que situação semelhante já teria ocorrido em reunião do FUNDURB, na
551 qual, segundo relatou, houve predominância de apresentação de números sem a devida
552 contextualização técnica; em continuidade, com a palavra, o Conselheiro do CMPU, Sr.
553 JOSÉ ANDRÉ, passou a tratar da meta nº 10, que prevê a revitalização de 20
554 empreendimentos habitacionais sob responsabilidade da SEHAB e da COHAB; solicitou
555 maior detalhamento acerca do conteúdo da referida meta, especialmente no que
556 concerne à questão da Acessibilidade; relatou experiência pessoal como morador, por
557 oito anos, do Conjunto Habitacional José Bonifácio, destacando o processo contínuo de
558 envelhecimento da população residente, circunstância que, segundo afirmou, tem
559 levado parte dos moradores inclusive à venda de seus apartamentos; ponderou que tal
560 realidade não se restringe ao referido conjunto, mas também se verifica em outros
561 empreendimentos da COHAB e da CDHU no Município de São Paulo; nesse sentido,
562 defendeu que a revitalização deve contemplar medidas que assegurem qualidade de
563 vida e permanência dos moradores, como a implantação de elevadores e outras
564 adaptações estruturais voltadas à Acessibilidade; questionou, ainda, a lógica de
565 localização e de padrão construtivo historicamente destinados à população de baixa
566 renda, ressaltando a necessidade de superação dessa lógica; na sequência, apresentou
567 proposta ao colegiado para que, por intermédio da Sra. Presidente e da Secretária
568 Executiva, Dra. JÚLIA JEREISSATI, seja constituído Grupo de Trabalho ou Comissão,
569 com atribuições de proposição, fiscalização e monitoramento das metas da
570 Administração; consignou que, em seu entendimento, há histórico de descumprimento
571 de metas, mencionando como exemplo a criação de parques prevista em gestões
572 anteriores; por fim, reiterou a proposta de instituição de instância permanente ou
573 temporária no âmbito do Conselho, destinada a atuar na proposição das próximas
574 metas, bem como no monitoramento e acompanhamento de sua execução,
575 fundamentando sua manifestação no artigo quinto do Plano Diretor Estratégico, que
576 dispõe sobre a gestão democrática e o controle popular; encerrou agradecendo a
577 oportunidade de manifestação; em seguida, a Secretária Executiva, Sra. TALITA VEIGA
578 CAVALLARI FONSECA, agradeceu a manifestação do Conselheiro Sr. JOSÉ ANDRÉ; na
579 sequência, com a palavra, o Representante das Universidades, Sr. DANIEL
580 MONTANDON, apresentou-se, informando que passa a atuar como Titular, em
581 substituição ao Sr. NABIL, que se encontra licenciado, na condição de Presidente em
582 exercício; cumprimentou a todos e todas, bem como os demais Conselheiros; em
583 continuidade, registrou que havia anotado alguns comentários e questionamentos,



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

584 destacando que sua manifestação converge, em parte, com a colocação do Conselheiro
585 Sr. DURVAL TABACH; ponderou que o Conselho é instância em que, em tese, todas as
586 Secretarias poderiam prestar esclarecimentos acerca das perguntas formuladas, não
587 sendo adequado que os próprios Conselheiros tenham que responder questionamentos
588 relativos a áreas como Habitação ou Meio Ambiente; mencionou que, na reunião
589 anterior, houve presença significativa de representantes da Prefeitura, cenário que, ao
590 que lhe parece, não se repete na presente reunião; na sequência, informou que
591 apresentaria alguns comentários e perguntas, iniciando com indagação dirigida à
592 Presidência acerca de como a SMUL organizou, no âmbito do Programa de Metas, o
593 atendimento às intervenções estratégicas previstas no Plano Diretor Estratégico; em
594 continuidade, com a palavra, o Representante das Universidades, Sr. DANIEL
595 MONTANDON, passou a exemplificar sua indagação, ressaltando que, desde 2014, o
596 Plano Diretor Estratégico prevê quatro grandes Projetos de Intervenção Urbana – PIUs,
597 a saber, Bairros do Tamanduateí, Arco Pinheiros, Jurubatuba e Tietê; consignou que tais
598 PIUs se encontram em diferentes níveis de estruturação, mas ponderou que nada
599 impede o início da implementação de intervenções estratégicas a eles vinculadas; na
600 sequência, reiterou questionamento dirigido à Presidência, destacando que, sendo a
601 SMUL responsável pela coordenação dos Planos de Ação Estratégica das
602 Subprefeituras, indaga quais intervenções estratégicas desses planos estão
603 efetivamente contempladas no Programa de Metas apresentado; observou que, na
604 parte introdutória do Programa de Metas, há menção genérica de que as metas foram
605 construídas considerando planos setoriais, o Plano Diretor, o Zoneamento e os planos
606 das Subprefeituras; contudo, ao analisar detidamente as metas individualmente, afirmou
607 não identificar de forma clara a correspondência entre tais instrumentos e as ações
608 propostas; por fim, salientou que o Programa de Metas representa, em essência, uma
609 escolha de prioridades, por meio da qual a Administração seleciona os compromissos
610 estratégicos que pretende assumir perante a cidade, razão pela qual entende
611 fundamental explicitar os critérios e a articulação com os instrumentos de planejamento
612 urbano vigentes; em continuidade, o Representante das Universidades, Sr. DANIEL
613 MONTANDON, questionou quais critérios de prioridade foram adotados para a seleção
614 das intervenções constantes no Programa de Metas, considerando o amplo conjunto de
615 intervenções previstas nos planos de intervenção urbana; ponderou que um dos
616 possíveis critérios poderia ser a integração de ações, contudo afirmou não perceber tal
617 diretriz explicitada nas metas apresentadas; na sequência, suscitou questão relativa aos
618 valores envolvidos para viabilização do Programa de Metas, destacando que, embora
619 haja menção global a recursos, não se verifica a individualização dos custos por meta;
620 ressaltou que, sem essa individualização, torna-se inviável estabelecer comparações ou
621 avaliar adequadamente o impacto orçamentário das intervenções; exemplificou
622 mencionando o prolongamento da Avenida Faria Lima até a Avenida dos Bandeirantes,
623 observando tratar-se, provavelmente, de obra de elevado custo, possivelmente
624 financiada com recursos da Operação Urbana Faria Lima, razão pela qual entende
625 necessário explicitar a fonte de financiamento; em seguida, citou a meta referente à



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

626 implementação de parques, mencionando que seriam oito unidades, destacando que há
627 diferenças substanciais entre modelos de implantação, como no caso do Parque
628 Augusta, viabilizado por meio de Transferência do Direito de Construir – TDC, o que
629 implicou renúncia fiscal significativa no âmbito do FUNDURB; assim, reforçou a
630 necessidade de maior clareza quanto à individualização dos custos e às fontes de
631 recursos vinculadas a cada meta, a fim de assegurar transparência e permitir análise
632 mais qualificada por parte do Conselho; em continuidade, o Representante das
633 Universidades, Sr. DANIEL MONTANDON, reforçou a importância da individualização
634 dos valores atribuídos a cada meta, ressaltando que a apresentação global do montante
635 de recursos, em bilhões, não permite ao Conselho realizar debate qualificado acerca das
636 prioridades, tampouco comparar a pertinência entre diferentes metas; ponderou que,
637 sem a discriminação dos custos, não é possível avaliar se determinada meta deve
638 prevalecer sobre outra no contexto das escolhas estratégicas da Administração; na
639 sequência, registrou que, em razão do tempo regimental, procederia à reinscrição para
640 dar continuidade às contribuições, afirmando prezar pelo cumprimento das regras; em
641 seguida, retomou a palavra para apontar que o documento menciona a observância à
642 Agenda 2030 da ONU, destacando que o Programa de Metas terá vigência até período
643 próximo a 2030; contudo, observou que não há, em cada meta, a explicitação de como
644 se dá o diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, constando
645 apenas referência genérica; nesse sentido, sugeriu que, em perspectiva de consolidação
646 do Programa de Metas, seja estabelecida correspondência explícita entre as metas e os
647 ODS, bem como com as intervenções estratégicas do Plano Diretor e com as
648 intervenções estratégicas previstas nos Planos de Ação das Subprefeituras; por fim,
649 agradeceu e reiterou que retornará posteriormente com novas contribuições; em
650 seguida, com a palavra, a Presidente Suplente, Sra. JULIA MAIA JEREISSATI, agradeceu
651 a manifestação do Sr. DANIEL MONTANDON, informando que já dialogava com a
652 Secretária Executiva, Sra. TALITA VEIGA CAVALLARI FONSECA, acerca da proposta
653 apresentada pelo Sr. DURVAL TABACH e reiterada pelo referido Conselheiro; na
654 sequência, consignou que será avaliada a realização de reunião extraordinária para
655 aprofundamento do eixo denominado Universo, especialmente no que se refere às
656 questões urbanísticas; registrou que serão contatadas as demais Secretarias envolvidas
657 nas metas integrantes desse eixo, a fim de que participem do debate; por fim, informou
658 que o Sr. FERNANDO apresentará esclarecimentos adicionais, no âmbito da SMUL,
659 acerca dos encaminhamentos propostos; em seguida, com a palavra, o Representante
660 Titular da SMUL, Sr. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI, cumprimentou a todos e
661 todas, informando que já se encontrava inscrito para realizar complementações,
662 aproveitando a oportunidade para esclarecer pontos levantados pelos Conselheiros Sr.
663 DANIEL MONTANDON e Sr. DURVAL TABACH; inicialmente, destacou que, conforme
664 mencionado no início da apresentação, o Decreto nº 59.574/2020 estabeleceu diretriz
665 no sentido de que os instrumentos de planejamento municipal, revisados a cada quatro
666 anos, no início de cada gestão, sejam elaborados de forma mais articulada; esclareceu
667 que a norma prevê a construção conjunta desses instrumentos, por meio de audiências



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

668 integradas e de devolutiva única à sociedade; consignou que tais instrumentos
669 compreendem o Programa de Metas, o Orçamento Anual, o Plano Plurianual – PPA,
670 bem como o orçamento quadrienal, ressaltando que a proposta apresentada observa
671 essa lógica de integração entre os diferentes instrumentos de planejamento; em
672 continuidade, com a palavra, o Representante Titular da SMUL, Sr. FERNANDO
673 HENRIQUE GASPERINI, acrescentou que os Planos de Ação das Subprefeituras
674 também integram esse ciclo de planejamento, ressaltando que é a primeira vez que se
675 consegue promover integração mais consistente e articulada entre as Secretarias nesse
676 processo; destacou que tal avanço representa evolução institucional relevante, na
677 medida em que permite maior coordenação entre os instrumentos; em seguida, quanto
678 à integração do planejamento urbano, tanto em nível municipal quanto local, afirmou
679 que esse também é objetivo almejado, devendo refletir-se de forma mais evidente tanto
680 na dimensão orçamentária quanto no próprio Programa de Metas; na sequência,
681 mencionou o Decreto nº 57.537/2016, que instituiu os Planos Regionais das
682 Subprefeituras, os Planos de Ação das Subprefeituras e os Núcleos Regionais de
683 Planejamento, ressaltando que o referido normativo já estabelecia o papel do CMPU no
684 acompanhamento da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras; consignou que,
685 com a integração desses planos aos demais instrumentos de planejamento neste ciclo,
686 reforça-se o papel estratégico das contribuições do CMPU, tanto para o
687 aperfeiçoamento dos Planos de Ação quanto dos demais instrumentos de planejamento;
688 por fim, registrou, de forma mais específica, que o artigo 10, §4º, do mencionado
689 Decreto dos Planos Regionais, já dispõe sobre essa atribuição de acompanhamento pelo
690 Conselho, evidenciando a importância de sua atuação no processo integrado de
691 planejamento; em continuidade, o Representante Titular da SMUL, Sr. FERNANDO
692 HENRIQUE GASPERINI, ressaltou que o papel relevante do CMPU encontra-se
693 expressamente previsto no Decreto mencionado; consignou que a SMUL já vem
694 participando, desde os trabalhos preparatórios do atual ciclo de planejamento, com
695 subsídios relacionados ao planejamento urbano, especialmente no que se refere ao
696 Plano Diretor; informou que está em desenvolvimento, no âmbito do PLANURB, análise
697 de compatibilidade entre o Programa de Metas, o Orçamento e o Plano Diretor,
698 esclarecendo que o trabalho ainda não se encontra concluído, mas que a equipe
699 reconhece a importância de sua finalização e de que tal compatibilização esteja
700 explicitada no documento; na sequência, alinhando-se à manifestação do Conselheiro
701 Sr. DANIEL MONTANDON, reconheceu a pertinência de que se evidencie, de forma
702 clara, quais metas possuem relação mais direta com o planejamento urbano e com o
703 Plano Diretor, bem como com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; por fim,
704 no tocante aos Planos de Ação das Subprefeituras, reforçou que, do ponto de vista
705 formal, o Decreto estabelece o mesmo prazo de elaboração aplicável aos demais
706 instrumentos, iniciando-se com a publicação da versão inicial do Programa de Metas,
707 ocorrida em 31 de março, e encerrando-se em 30 de setembro, totalizando 180 dias;
708 registrou, ainda, que estão previstas audiências públicas e oficinas no curso desse
709 período de elaboração; em continuidade, o Representante Titular da SMUL, Sr.



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

710 FERNANDO HENRIQUE GASPERINI, esclareceu que as audiências públicas
711 mencionadas são as audiências integradas já em curso, enquanto as oficinas
712 correspondem às etapas específicas dos Planos de Ação das Subprefeituras; explicou
713 que tais Planos de Ação constituem instrumento destinado a identificar sinergias entre
714 os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados em 2016, os quais contêm
715 perímetros de ação, objetivos e diretrizes de desenvolvimento local, e o atual Programa
716 de Metas e o Orçamento; destacou que o objetivo é analisar esses instrumentos de
717 forma conjunta, buscando identificar oportunidades para elaboração de projetos
718 urbanísticos e ações integradas, de modo a promover a evolução da infraestrutura e o
719 enfrentamento das questões sociais apontadas pelos instrumentos estratégicos,
720 alcançando efetivamente os territórios das Subprefeituras; consignou que tal
721 procedimento já se encontra previsto na legislação, tratando-se, portanto, de reforço ao
722 que normativamente está estabelecido; por fim, informou que esse trabalho vem sendo
723 desenvolvido em conjunto com as demais Secretarias e que, à medida que os materiais
724 forem consolidados, serão apresentados ao Conselho para conhecimento, pactuação e
725 contribuições dos Conselheiros; em seguida, a Secretária Executiva, Sra. TALITA VEIGA
726 CAVALLARI FONSECA, agradeceu ao Sr. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI pelos
727 esclarecimentos prestados; consignou que foi oportuno o registro das informações no
728 decorrer do debate, ainda que a manifestação tenha sido reorganizada para o momento
729 final; na sequência, informou que a próxima inscrita é a Sra. MARA, passando-lhe a
730 palavra para manifestação; em seguida, com a palavra, a Sra. MARA cumprimentou os
731 presentes e iniciou sua manifestação, informando concordar com a proposta
732 apresentada pelo Sr. ANDRÉ no sentido de instituir Grupo ou Comissão para
733 fiscalização das metas e do cumprimento das propostas, especialmente no que se refere
734 à Habitação; consignou preocupação com situações já ocorridas, nas quais
735 empreendimentos anunciados como de interesse social teriam sido executados com
736 padrão elevado, destoando da finalidade declarada; na sequência, registrou que ainda há
737 demanda por maior esclarecimento acerca de empreendimentos que teriam recebido
738 recursos do erário municipal destinados à Habitação de Interesse Social, mas que,
739 segundo relatou, não teriam atendido a essa finalidade; ressaltou que, para evitar a
740 repetição de tais ocorrências, considera fundamental o acompanhamento sistemático
741 das metas pelo colegiado; em continuidade, passou a questionar a meta referente à
742 implantação de parques, indagando onde tais parques serão localizados, quais
743 providências serão necessárias para sua implementação e se haverá desapropriações,
744 bem como em que quantidade; destacou que já estão em curso diversos projetos de
745 parques, especialmente parques lineares, mencionando as regiões do Grajaú, Marsilac e
746 Parelheiros, manifestando preocupação quanto aos impactos dessas intervenções nos
747 territórios envolvidos; em continuidade, com a palavra, a Sra. MARA relatou que, nas
748 regiões mencionadas, especialmente nas áreas de implantação de parques lineares, tem
749 observado diversas remoções, com famílias sendo retiradas de suas residências sem
750 atendimento adequado; consignou que há previsão orçamentária expressiva,
751 mencionando o montante de 48 bilhões, razão pela qual entende que os processos de



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

752 desapropriação e os recursos destinados às famílias atingidas devem estar previamente
753 previstos e detalhados no Plano de Metas; enfatizou que é necessário planejar
754 adequadamente tais ações, a fim de evitar que, no momento da remoção, seja alegada
755 ausência de recursos para assegurar atendimento digno às famílias; na sequência,
756 referiu-se à meta nº 29, relativa ao Parque Aquário, manifestando indignação diante das
757 demandas que recebe de munícipes pleiteando regularização de posse, sem que haja
758 alternativas concretas a serem oferecidas; ressaltou a importância de que as metas
759 contemplem não apenas a implantação dos equipamentos, mas também o adequado
760 atendimento social às populações impactadas, garantindo transparência, planejamento e
761 respeito aos direitos das famílias envolvidas; em continuidade, com a palavra, a Sra.
762 MARA passou a tratar da meta nº 29, referente ao Parque Aquático Guarapiranga,
763 questionando de forma objetiva qual o trecho exato contemplado, indagando de onde
764 aonde se dará a intervenção; ressaltou que a Represa de Guarapiranga possui grande
765 extensão, não se limitando ao trecho que liga o Cantinho do Céu à Pedreira; questionou
766 se a intervenção alcançará o Rio Pinheiros, se avançará em direção aos bairros como
767 Veleiros ou à Avenida Atlântica, solicitando maior detalhamento quanto ao perímetro e
768 à abrangência territorial da meta; em seguida, ponderou que as metas apresentadas
769 carecem de detalhamento, permanecendo, a seu ver, excessivamente genéricas nos
770 slides exibidos; na sequência, retomou a questão anteriormente mencionada pelo Sr.
771 ANDRÉ acerca da entrega de 100.000 títulos de posse, questionando especificamente a
772 vinculação orçamentária apresentada; consignou que, nas audiências do orçamento
773 realizadas no final do ano anterior, o recurso destinado à regularização fundiária e
774 emissão de títulos de posse constava de forma separada do programa Pode Entrar;
775 contudo, na apresentação atual, foi indicado que tais recursos estariam inseridos no
776 âmbito do Pode Entrar, voltado à promoção habitacional; diante disso, solicitou
777 esclarecimentos adicionais quanto à distinção ou eventual unificação dos recursos
778 destinados à promoção habitacional e à regularização fundiária, a fim de garantir maior
779 transparência quanto à alocação orçamentária; em continuidade, com a palavra, a Sra.
780 MARA questionou a meta referente à revitalização de novos empreendimentos
781 habitacionais, indagando se já há definição acerca das localidades contempladas;
782 ponderou que a apresentação permanece genérica, não ficando claro se as intervenções
783 se restringirão à região central ou se também alcançarão os bairros periféricos;
784 mencionou especificamente empreendimentos da CDHU, anteriormente denominados
785 Singapura, localizados nas proximidades do Autódromo de Interlagos, relatando que tais
786 edificações se encontram em estado precário de conservação e demandam efetiva
787 revitalização; nesse sentido, questionou se a política de requalificação abrangerá
788 também essas áreas; por fim, ressaltou que a população residente nas periferias
789 igualmente contribui com o orçamento municipal por meio do pagamento de tributos,
790 razão pela qual entende que também merece ser contemplada pelas ações de
791 revitalização previstas nas metas; em seguida, a Secretária Executiva, Sra. TALITA
792 VEIGA CAVALLARI FONSECA, agradeceu a manifestação da Sra. MARA; na sequência,
793 informou que a próxima inscrita é a Sra. ANGELI, passando-lhe a palavra para



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

794 manifestação; em seguida, com a palavra, a Sra. ANGELI cumprimentou a todos,
795 registrando ser um prazer participar da reunião; contudo, manifestou indignação ao
796 afirmar que o colegiado estaria discutindo matéria que, em seu entendimento, já se
797 encontra previamente definida na cidade; consignou que o caderno apresentado
798 aparenta estar finalizado, elaborado previamente pelo Município, não havendo espaço
799 efetivo para deliberação; ressaltou que os Conselheiros têm a atribuição de discutir e
800 reafirmar aquilo que consideram prioritário para a cidade, mas que, na presente
801 situação, percebe que o debate se restringe a questionamentos sobre existência ou não
802 de verba; por fim, ponderou que, diante dos acontecimentos verificados no Município, o
803 cenário é preocupante, demandando maior efetividade na participação e na construção
804 das decisões; em continuidade, com a palavra, a Sra. ANGELI reiterou que o caderno
805 apresentado já se encontra pronto, não refletindo, em seu entendimento, as propostas
806 oriundas da população, a qual o Conselho representa; consignou que é moradora da
807 região do Grajaú, mencionando que a localidade possui aproximadamente 650.000
808 habitantes, próxima a Parelheiros, região igualmente populosa; afirmou que tais
809 territórios não estariam devidamente contemplados no Plano de Metas; na sequência,
810 relatou que, nas discussões orçamentárias realizadas no âmbito da Subprefeitura da
811 Capela do Socorro, são apresentadas propostas do Município, do bairro e dos
812 municípios, contudo tais propostas não se concretizam no Plano de Metas; destacou
813 que, conforme consta no próprio caderno do Plano de Metas, propostas apresentadas
814 em audiências públicas recebem previsão orçamentária, exemplificando com valor de
815 25.000.000 atribuído a determinada comunidade, mas que tais recursos não seriam
816 executados; ponderou que, posteriormente, essas propostas deixam de constar no
817 Orçamento Cidadão e são inseridas no Plano de Metas, onde se afirma que serão
818 realizadas, como, por exemplo, ações de urbanização, tema recorrente nas discussões de
819 política pública no âmbito do Conselho; assim, manifestou preocupação quanto à efetiva
820 execução das propostas aprovadas e à coerência entre orçamento participativo e Plano
821 de Metas; em continuidade, com a palavra, a Sra. ANGELI afirmou que demandas
822 aprovadas no Orçamento Cidadão foram posteriormente inseridas no Plano de Metas,
823 com previsão de execução até 2025; contudo, ressaltou que já se aproxima o meio do
824 exercício e as intervenções não foram concluídas nas comunidades; manifestou
825 preocupação quanto à realização de audiências públicas para coleta de propostas dos
826 municípios sem que haja posterior execução; destacou que reside na periferia, não na
827 região central, reconhecendo as iniciativas de revitalização no centro, mas apontando
828 que seu bairro permanece sem atendimento; reiterou que, na região mencionada, com
829 aproximadamente 650.000 habitantes, há comunidade com cerca de 5.000 famílias
830 vivendo em condições precárias, com promessa de investimento de 25.000.000, sem
831 que as obras tenham sido implantadas; questionou a destinação dos recursos e afirmou
832 que, segundo relato local, a intervenção não foi implementada; consignou que as
833 Secretarias responsáveis não comparecem ao território para verificar in loco as
834 necessidades e definir prioridades; ponderou que as decisões relativas às metas e ao
835 orçamento permanecem centralizadas, sem alcançar efetivamente os bairros periféricos;



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

836 reafirmou que a proposta foi formalmente inserida tanto no orçamento quanto no Plano
837 de Metas, mas não se concretizou; por fim, concluiu que o caderno do Plano de Metas
838 apresenta-se formalmente adequado e bem elaborado, porém carece de efetividade na
839 execução das ações previstas nos territórios mais vulneráveis; em continuidade, com a
840 palavra, a Sra. ANGELI registrou que participou da audiência realizada no dia 16, na
841 Subprefeitura da Capela do Socorro, onde foram colhidas propostas dos munícipes,
842 indagando o que efetivamente ocorrerá com tais contribuições; manifestou
843 preocupação ao afirmar que o caderno apresentado aparenta estar previamente
844 definido, questionando de que forma poderá ser alterado no âmbito do Conselho e qual
845 o espaço concreto para redirecionamento das metas; na sequência, indagou como se
846 dará a revisão ou adequação do documento para que as ações sejam efetivamente
847 concluídas no Município e na região da Grande São Paulo que, segundo relatou,
848 enfrenta dificuldades; ressaltou que, se determinada comunidade teve previsão de
849 25.000.000 no Plano de Metas 2024-2025, o recurso deve ser executado, uma vez que
850 os representantes que atuam na ponta são cobrados pela população; reiterou que a
851 comunidade permanece em condições precárias, aguardando urbanização prometida,
852 questionando a destinação dos recursos oriundos das propostas apresentadas no
853 orçamento participativo e posteriormente inseridas no caderno do Plano de Metas;
854 consignou que inclusive constam números de processos administrativos, mas as ações
855 não saem do papel; afirmou que os Conselheiros recebem o caderno no âmbito do CPM
856 para análise integral, porém considerou inadmissível que as previsões permaneçam
857 apenas no campo da discussão, sem execução concreta, especialmente no que se refere
858 à habitação para a população que mais necessita; encerrou sua manifestação
859 reafirmando a necessidade de efetividade e transparência na aplicação dos recursos e
860 no cumprimento das metas aprovadas; em continuidade, com a palavra, a Sra. ANGELI
861 afirmou que não basta constar resolução formal no caderno se as ações não se
862 concretizam integralmente, defendendo que o documento seja efetivamente conclusivo
863 e executável no Município como um todo; ressaltou a necessidade de que as Secretarias
864 se desloquem aos territórios ou, ao menos, apresentem à comunidade justificativas
865 claras acerca de eventuais impedimentos à execução das propostas; consignou que os
866 munícipes participam das audiências públicas, apresentam suas demandas e, ao não
867 verem resultados, passam a desacreditar do processo participativo; destacou que as
868 comunidades possuem número de processo e registro formal das propostas aprovadas,
869 aguardando esclarecimentos sobre como e quando serão executadas; indagou se o
870 atendimento contemplará apenas a região central ou também as periferias, que
871 igualmente participam do Conselho e das instâncias de política pública; afirmou que sua
872 presença no colegiado se dá em representação da população de sua região, não por
873 interesse pessoal, mas em defesa de política pública regional efetiva; por fim, reiterou
874 que o caderno do Plano de Metas deve resultar em ações concretas voltadas à
875 população, e não apenas constituir documento formal, concluindo sua manifestação
876 com agradecimento; em seguida, a Secretária Executiva, Sra. TALITA VEIGA
877 CAVALLARI FONSECA, agradeceu à Sra. ANGELI pela manifestação; na sequência,



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

878 informou que, para fins de organização dos trabalhos e encaminhamentos, será
879 concedida a palavra novamente ao Conselheiro Sr. DANIEL MONTANDON, que havia
880 se reinscrito; consignou que, após a conclusão da fala, a Sra. Presidente apresentará
881 encaminhamento com vistas a contemplar as questões suscitadas e deliberar acerca da
882 realização de nova reunião do Conselho para aprofundamento dos temas debatidos; ato
883 contínuo, passou a palavra ao Sr. DANIEL MONTANDON; em continuidade, com a
884 palavra, o Representante das Universidades, Sr. DANIEL MONTANDON, agradeceu ao
885 Sr. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI pelos esclarecimentos prestados; na sequência,
886 destacou preocupação quanto ao caráter fragmentado do Programa de Metas,
887 ponderando que tal característica não é exclusiva da presente gestão, mas recorrente
888 em programas anteriores, possivelmente por facilitar o cumprimento individualizado das
889 metas; contudo, ressaltou que essa fragmentação pode comprometer a visão estratégica
890 e integrada do planejamento urbano; em seguida, exemplificou mencionando a meta nº
891 54, referente ao projeto de VLT, apontando que se trata de uma das metas mais
892 integradas do eixo Universo, envolvendo ao menos quatro ou cinco Secretarias;
893 reconheceu que metas dessa natureza são mais complexas de executar, por envolverem
894 múltiplos atores, diferentes temas e diversos contratos, mas ponderou que produzem
895 resultados territoriais mais amplos e estratégicos; por fim, apresentou como sugestão o
896 fortalecimento do papel da SMUL e da São Paulo Urbanismo no cumprimento do
897 Programa de Metas, de modo a assegurar maior comprometimento com o planejamento
898 urbano integrado e com a execução articulada das ações previstas; em continuidade,
899 com a palavra, o Representante das Universidades, Sr. DANIEL MONTANDON, sugeriu
900 que o Programa de Metas contemple ao menos um grande projeto estruturante
901 vinculado a cada um dos Projetos de Intervenção Urbana – PIUs, mencionando Arco
902 Leste, Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Jurubatuba, bem como o Bairros do
903 Tamandateí; ponderou que, no caso específico do Bairros do Tamandateí, por
904 depender de leilão de CEPACs, a definição de meta executiva pode ser mais complexa;
905 contudo, sugeriu que poderia haver compromisso formal, ao menos, com a realização do
906 leilão de CEPACs ou com etapas estruturantes, como emissão de ordem de serviço ou
907 expedição de licenças ambientais; ressaltou que, ainda que não seja possível concluir
908 integralmente as obras no período, seria relevante estruturar os projetos e alcançar
909 estágio avançado de desenvolvimento; na sequência, apresentou observação pontual
910 acerca da inclusão de meta de recapeamento, questionando se tal ação, de caráter
911 rotineiro, deveria constar como meta estratégica no Programa; registrou, ainda, que ao
912 analisar o documento não identificou determinados elementos que considerava
913 pertinentes, indicando a necessidade de maior reflexão sobre o conteúdo e a natureza
914 das metas incluídas; em continuidade, com a palavra, o Representante das
915 Universidades, Sr. DANIEL MONTANDON, consignou não ter identificado no Programa
916 de Metas qualquer ação integrada de requalificação viária que contemple, de forma
917 articulada, o enterramento de fiação aérea; ressaltou que, diante das recentes
918 discussões sobre interrupções no fornecimento de energia e seus impactos, seria
919 oportuno prever ao menos projeto piloto ou estudo de caso que integre requalificação



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

920 de via com foco em calçadas, leito carroçável, enterramento de fiação, arborização e
921 requalificação paisagística; ponderou que seria mais estratégico assumir compromisso
922 com intervenção integrada dessa natureza do que fragmentar metas em metragem de
923 calçada e recapeamento isoladamente; na sequência, observou que não identificou meta
924 relacionada à atuação direta do Município no restauro e na preservação do patrimônio
925 histórico; ressaltou que, em programas de metas anteriores, tal lacuna já se fazia
926 presente, destacando que a recuperação do patrimônio histórico tem ocorrido
927 predominantemente por meio do instrumento da Transferência do Direito de Construir
928 ou por iniciativas pontuais, por vezes de âmbito estadual; ponderou que o Município
929 não tem estabelecido prioridade clara para o restauro de imóveis públicos ou para
930 eventual aquisição e posterior recuperação de imóveis de interesse histórico; enfatizou
931 que é difícil avançar na política de preservação sem ação pública estruturada, não sendo
932 adequado transferir integralmente essa responsabilidade ao setor privado; por fim,
933 registrou que suas colocações constituem sugestões e comentários para
934 aperfeiçoamento do Programa de Metas, agradecendo a oportunidade de manifestação;
935 em seguida, a Presidente Suplente, Sra. JULIA MAIA JEREISSATI, agradeceu ao Sr.
936 DANIEL MONTANDON pelas contribuições apresentadas; na sequência, indagou aos
937 demais membros da mesa se haveria complementações ou manifestações adicionais a
938 serem realizadas antes dos encaminhamentos finais; em seguida, com a palavra, o Sr.
939 ANDRÉ cumprimentou os presentes e apresentou considerações finais, registrando que
940 realizou diversas anotações das manifestações apresentadas, as quais classificou como
941 qualificadas e pertinentes, ressaltando que muitas das questões suscitadas já haviam
942 sido objeto de reflexão interna; consignou que as contribuições reforçam a importância
943 de incluir e encaminhar às Secretarias competentes as propostas apresentadas;
944 ponderou que algumas indagações foram bastante específicas e demandarão
945 esclarecimentos técnicos mais detalhados; em sequência, a Presidente Suplente, Sra.
946 JULIA MAIA JEREISSATI, reiterou que será convocada reunião específica para tratar do
947 eixo Universo, contemplando especialmente as pautas relacionadas às questões
948 urbanísticas da cidade, a fim de promover os devidos encaminhamentos; retomando a
949 palavra, o Sr. ANDRÉ acrescentou que, além das reuniões e diálogos com as Secretarias,
950 o atual momento de coleta de propostas possibilita que, na fase de análise interna, as
951 Secretarias realizem ajustes até a publicação da versão final do texto; ressaltou que a
952 participação não se encerra nesta etapa, uma vez que o Conselho possui caráter
953 permanente, podendo manter interlocução contínua acerca do Programa de Metas ao
954 longo do período, o que considera enriquecedor; por fim, esclareceu o papel da SEPLAN
955 no processo, destacando que a Secretaria atua na coleta e articulação das contribuições
956 junto às diversas Secretarias, por meio de equipe ampla que se divide por temas,
957 consolidando propostas que posteriormente são submetidas aos respectivos Gabinetes;
958 explicou que a versão inicial constitui instrumento de tradução do Plano de Governo em
959 Programa de Metas, sendo o processo complexo e marcado por sucessivos ajustes e
960 articulações, razão pela qual a etapa participativa se mostra fundamental para identificar
961 conexões, lacunas e oportunidades de aprimoramento; em continuidade, com a palavra,



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

962 o Sr. ANDRÉ destacou que algumas questões demandam aprimoramento e adaptação;
963 ressaltou que duas preocupações manifestadas pelos Conselheiros já se encontram no
964 radar da equipe técnica, sendo a primeira relacionada à necessidade de maior integração
965 e explicitação da articulação entre o Programa de Metas e os planos setoriais, indicando
966 que será necessário avaliar a melhor forma de incorporar ou evidenciar essa
967 correspondência, seja nesta versão, seja no monitoramento posterior; a segunda refere-
968 se ao aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento do Programa de Metas,
969 que, embora contem com publicações semestrais previstas, podem ser aprimorados com
970 ferramentas adicionais que permitam maior transparência e melhor visualização da
971 execução das metas ao longo do período; consignou que tais instrumentos ainda se
972 encontram em desenvolvimento e deverão ser oportunamente apresentados; por fim,
973 esclareceu, a título de contextualização, como tem se dado o processo de trabalho no
974 âmbito da Coordenadoria, e solicitou licença para se ausentar em razão de audiência
975 previamente agendada, agradecendo a todos pelas contribuições apresentadas; 4) em
976 continuidade à pauta, foi realizada a apresentação do Relatório das Atividades de
977 Monitoramento do PDE-2024 pelo Diretor da Divisão de Monitoramento e Avaliação
978 do PLANURB, Sr. CLAYTON ERIK TEIXEIRA; em seguida, procedeu-se à abertura para
979 debates entre os Conselheiros, com registro das manifestações e considerações
980 pertinentes ao tema exposto; em seguida, a Secretária Executiva, Sra. TALITA VEIGA
981 CAVALLARI FONSECA, agradeceu e informou que será dado prosseguimento ao item
982 2.3 da pauta, referente à apresentação do Relatório de Atividades da Plataforma de
983 Monitoramento e Avaliação da Implementação do Plano Diretor Estratégico; na
984 sequência, registrou que a exposição será realizada pelo Geógrafo do PLANURB, Sr.
985 CLAYTON ERIK TEIXEIRA, a quem passou a palavra para apresentação; em seguida,
986 com a palavra, o Geógrafo do PLANURB, Sr. CLAYTON ERIK TEIXEIRA, cumprimentou
987 os Conselheiros, a Presidência e os colegas da Prefeitura; esclareceu que a presente
988 apresentação é realizada anualmente no âmbito do SIMPDE, Comitê Intersecretarial de
989 Monitoramento do PDE; informou que o objetivo é expor as atividades desenvolvidas
990 ao longo do ano pela equipe; consignou que as ações são orientadas por plano anual de
991 metas da Divisão de Monitoramento e Avaliação, vinculada à Coordenadoria de
992 Planejamento Urbano; ressaltou que a exposição consiste em balanço das atividades
993 executadas no exercício de 2024, não se tratando propriamente da apresentação de
994 resultados, os quais se encontram disponíveis na Plataforma de Monitoramento,
995 inclusive por meio de relatórios temáticos; destacou que o enfoque da apresentação
996 recai sobre as atividades internas desenvolvidas pela Divisão; por fim, informou que a
997 exposição está estruturada conforme as metas estabelecidas para o ano de 2024; em
998 continuidade, com a palavra, o Geógrafo do PLANURB, Sr. CLAYTON ERIK TEIXEIRA,
999 informou que a primeira meta consistiu na instituição de Grupos de Trabalho destinados
1000 à revisão dos indicadores atualmente disponibilizados na Plataforma de Monitoramento,
1001 relativos aos instrumentos de política urbana e de gestão ambiental; esclareceu que tal
1002 iniciativa decorreu do processo de revisão do Plano Diretor, ocasião em que se
1003 constatou a necessidade de corrigir diversos indicadores existentes, bem como de



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1004 propor novos indicadores; na sequência, consignou que foram constituídos Grupos de
1005 Trabalho para tratar dos 39 instrumentos de política urbana e de gestão ambiental,
1006 organizados por eixos temáticos, dentre os quais gestão ambiental, indutores da função
1007 social, direito de construir, regularização fundiária e ordenamento territorial; registrou
1008 que ainda não foram constituídos Grupos de Trabalho específicos para tratar dos
1009 Projetos de Intervenção Urbana – PIUs e das Operações Urbanas, bem como do
1010 Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural; por fim, destacou que, nos slides
1011 apresentados, constam em azul os números dos respectivos processos administrativos,
1012 possibilitando aos interessados o acompanhamento das reuniões realizadas e dos
1013 documentos e produtos já entregues no âmbito dos trabalhos iniciados; em
1014 continuidade, com a palavra, o Geógrafo do PLANURB, Sr. CLAYTON ERIK TEIXEIRA,
1015 esclareceu que o único instrumento que ainda não possui processo administrativo
1016 formalmente aberto é o de Regularização Fundiária, embora os trabalhos já tenham sido
1017 iniciados em conjunto com a equipe da SEHAB; consignou que se trata de reformulação
1018 mais ampla, em razão da edição da Lei Federal de REURB e, posteriormente, da
1019 legislação municipal correlata; destacou que tais alterações normativas não foram
1020 integralmente recepcionadas pelo PDE, o que resultou na existência, no Plano, de
1021 instrumentos que já não são mais utilizados, bem como na aplicação de instrumentos
1022 não plenamente refletidos no texto vigente; informou que o tema está sendo tratado de
1023 forma diferenciada e que, em breve, será formalizada a abertura do respectivo processo
1024 administrativo, registrando que já há reunião agendada com a equipe técnica para a
1025 semana seguinte; por fim, consignou que os primeiros instrumentos analisados no
1026 âmbito dos Grupos de Trabalho foram aqueles anteriormente indicados na
1027 apresentação; em continuidade, com a palavra, o Geógrafo do PLANURB, Sr. CLAYTON
1028 ERIK TEIXEIRA, informou que, dentre os instrumentos já analisados, constam três
1029 relacionados ao Direito de Construir, um referente à Regularização Fundiária, dois
1030 vinculados à Gestão Ambiental e um instrumento indutor da Função Social da
1031 Propriedade; consignou que a equipe enfrenta diversos desafios, destacando,
1032 primeiramente, a limitação de recursos humanos, bem como questões de ordem
1033 tecnológica; esclareceu que a atual Plataforma de Monitoramento, apresentada em
1034 reunião anterior, foi desenvolvida em 2016, o que tem gerado dificuldades para
1035 ampliação e inserção de novos indicadores, em razão de limitações técnicas; registrou
1036 que a equipe está testando alternativas baseadas em código aberto, ainda em ambiente
1037 interno, visando modernização da ferramenta; na sequência, apresentou exemplos dos
1038 problemas identificados nos indicadores atuais, mencionando o caso do EIA-RIMA, cujo
1039 indicador disponível demonstra apenas a evolução acumulada das licenças ambientais
1040 expedidas; ponderou que tal gráfico ascendente, por si só, não evidencia o impacto
1041 efetivo das licenças na transformação da cidade, ressaltando que o objetivo do
1042 monitoramento deve ser compreender quais benefícios concretos as licenças ambientais
1043 proporcionam ao território, e não apenas quantificar sua emissão, reconhecendo,
1044 contudo, a complexidade metodológica desse aprimoramento; em continuidade, com a
1045 palavra, o Geógrafo do PLANURB, Sr. CLAYTON ERIK TEIXEIRA, registrou que, no



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1046 âmbito dos Grupos de Trabalho, tem-se constatado a dificuldade de mensuração
1047 quantitativa de determinados instrumentos, como no caso do EIA-RIMA e do
1048 licenciamento ambiental; diante disso, informou que está sendo proposta a elaboração
1049 de relatórios anuais com abordagem mais qualitativa, contendo diagnóstico analítico das
1050 transformações decorrentes da aplicação desses instrumentos; na sequência,
1051 exemplificou modificação em indicador já existente, mantendo-se a base de dados
1052 disponível, porém alterando-se a forma de apresentação, substituindo o gráfico
1053 acumulado por visualização anualizada; esclareceu que tal proposta ainda depende de
1054 validação no respectivo Grupo de Trabalho para posterior inserção na plataforma;
1055 destacou que a leitura anual permite levantar hipóteses interpretativas, como variações
1056 no número de licenças ambientais expedidas em determinados períodos, demandando
1057 investigação sobre possíveis causas, tais como redução no número de obras ou outros
1058 fatores conjunturais; consignou que esse constitui exemplo de aprimoramento
1059 metodológico em indicador já existente; em seguida, apresentou outra iniciativa em
1060 desenvolvimento, informando tratar-se de nova plataforma tecnológica ainda em fase
1061 de aprendizado pela equipe; ressaltou que a Divisão não conta com cientistas de dados,
1062 sendo composta por Geógrafo e Arquitetos que vêm estudando linguagem de
1063 programação para aprimorar a manipulação e análise de dados; destacou que o trabalho
1064 vem sendo desenvolvido internamente, de forma gradual, buscando qualificação técnica
1065 para modernização da ferramenta de monitoramento; em continuidade, com a palavra, o
1066 Geógrafo do PLANURB, Sr. CLAYTON ERIK TEIXEIRA, esclareceu que a visualização
1067 apresentada ainda se encontra em fase de aprimoramento, inclusive quanto ao formato
1068 gráfico; consignou que o indicador foi desenvolvido em conjunto com a equipe
1069 responsável pela aplicação do PEUC, bem como com técnicos da Secretaria da Fazenda;
1070 informou que estão sendo construídos novos indicadores, dentre os quais aquele que
1071 trata do cumprimento integral por alíquota, referente aos imóveis submetidos ao IPTU
1072 Progressivo no Tempo; explicou que o indicador busca demonstrar em qual alíquota o
1073 proprietário passa a cumprir a obrigação urbanística; destacou que a visualização
1074 evidencia que o cumprimento tende a ocorrer com maior incidência a partir da quarta e
1075 quinta alíquotas, quando o ônus tributário se torna mais significativo, indicando, assim,
1076 efetividade do instrumento; na sequência, mencionou outro dado identificado nas
1077 discussões técnicas, até então não disponível à Divisão, apresentado pelos colegas da
1078 Secretaria da Fazenda; informou que foi realizado teste para construção de indicador
1079 que demonstra a participação dos imóveis com imunidade tributária no total de imóveis
1080 submetidos ao IPTU Progressivo no Tempo; esclareceu que tais casos envolvem, por
1081 exemplo, imóveis pertencentes a entidades religiosas ou a partidos políticos, cuja
1082 imunidade impacta a aplicação e a efetividade do instrumento, razão pela qual se
1083 entendeu relevante monitorar essa variável no âmbito da plataforma; em continuidade,
1084 com a palavra, o Geógrafo do PLANURB, Sr. CLAYTON ERIK TEIXEIRA, esclareceu que,
1085 no levantamento realizado, constatou-se que, especialmente na região central, há
1086 significativa presença de imóveis com imunidade tributária, notadamente vinculados a
1087 instituições religiosas; registrou que a equipe inicialmente não estimava que a proporção



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1088 fosse tão elevada, contudo os dados indicaram que, nos anos de 2022 e 2023, tais
1089 imóveis representaram aproximadamente 10% do total daqueles submetidos ao IPTU
1090 Progressivo no Tempo; destacou que, por se tratarem de imóveis imunes, não é possível
1091 aplicar a alíquota progressiva, embora, em determinados casos, também não haja
1092 cumprimento da função social, o que evidencia conflito normativo e desafio para a
1093 efetividade do instrumento; consignou que o dado se mostra relevante para reflexão
1094 acerca de alternativas de enfrentamento dessa situação; na sequência, informou que a
1095 equipe também trabalha com dados de licenciamento provenientes de diferentes
1096 sistemas, especialmente do SISACOE e do Aprova Digital, este último em
1097 funcionamento desde 2020; registrou que vêm sendo aprimorados os métodos de
1098 obtenção e tratamento das bases de dados oriundas desses sistemas; consignou que já
1099 se encontra disponibilizado na plataforma banco de dados contendo alvarás de
1100 edificação nova emitidos pelo SISACOE e pelo Aprova Digital, abrangendo o período de
1101 2010 até dezembro de 2024; esclareceu, contudo, que o referido banco de dados
1102 consiste em listagem de alvarás, e não de empreendimentos consolidados, razão pela
1103 qual ainda não alimenta indicadores específicos, sendo essa a próxima etapa de
1104 desenvolvimento a ser implementada pela equipe; em continuidade, com a palavra, o
1105 Geógrafo do PLANURB, Sr. CLAYTON ERIK TEIXEIRA, esclareceu que o próximo passo
1106 consiste em agregar os dados provenientes dos diversos documentos e sistemas, a fim
1107 de consolidar base estruturada por empreendimento, o que permitirá compreensão mais
1108 precisa da dinâmica do licenciamento e viabilizará a construção de indicadores mais
1109 robustos; destacou que tal procedimento demanda utilização de sistemas de
1110 gerenciamento de banco de dados, como o PostgreSQL, bem como conhecimentos em
1111 programação, configurando trabalho tecnicamente complexo e que exige capacitação
1112 contínua da equipe, a qual tem buscado cursos e aprimoramento técnico; na sequência,
1113 apresentou mapa elaborado a partir do georreferenciamento dos alvarás mencionados,
1114 informando que tais dados já se encontram disponibilizados na Plataforma de
1115 Monitoramento, inclusive com possibilidade de download e acesso aos metadados;
1116 esclareceu que o conjunto contempla informações do SISACOE e do Aprova Digital,
1117 abrangendo o período de 2010 a 2024, permitindo visualizar especialmente as principais
1118 transformações ocorridas no território ao longo desse intervalo temporal; em
1119 continuidade, com a palavra, o Geógrafo do PLANURB, Sr. CLAYTON ERIK TEIXEIRA,
1120 esclareceu que, na atualização recente, foram incorporados ao Aprova Digital novos
1121 campos relativos ao tipo de unidade residencial, como HIS, HMP, R2H e R2B,
1122 informação que no SISACOE não era de preenchimento obrigatório, o que dificultava a
1123 correta identificação da tipologia dos empreendimentos; destacou que tal
1124 aprimoramento contribui para maior qualificação dos dados; na sequência, informou que
1125 foi realizado o georreferenciamento dos alvarás, integrando-os à Plataforma de
1126 Monitoramento; consignou que outra meta da Divisão refere-se à consolidação das
1127 Unidades Territoriais de Análise, a fim de possibilitar a agregação dos dados por
1128 recortes territoriais específicos; registrou que já foi concluído trabalho com
1129 Subprefeituras e Distritos, cujos perímetros se encontram georreferenciados, bem como



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1130 com as Macroáreas; destacou que ainda pendem os recortes referentes aos setores dos
1131 PIUs e aos chamados miolos de bairro; observou que a expressão “miolo de bairro” é
1132 amplamente utilizada, inclusive no meio acadêmico, mas não possui definição normativa
1133 precisa, havendo variações conceituais; ponderou que seria relevante estabelecer
1134 padronização conceitual e cartográfica para esse recorte, tema que se encontra sob
1135 análise da equipe; por fim, mencionou que as recentes revisões do Plano Diretor
1136 implicaram diversas alterações, inclusive no que se refere ao PAD, anteriormente
1137 denominado Perímetro de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, exigindo
1138 atualização das bases territoriais e dos instrumentos de monitoramento
1139 correspondentes; ele informou que o referido perímetro foi absorvido por os perímetros
1140 maiores, que são os polos econômicos de desenvolvimento estratégico; em seguida,
1141 esclareceu que, além dessa mudança, ocorreram outras alterações, mencionando que a
1142 macroárea foi modificada no ano de 2024 e que um dos eixos também foi alterado,
1143 havendo diversas outras modificações; em sequência, destacou que tal cenário impacta
1144 negativamente o monitoramento, tendo em vista que o acompanhamento é realizado
1145 com base em determinado perímetro e, quando este passa a sofrer alterações, o
1146 monitoramento resta prejudicado, devendo-se avaliar a forma mais adequada de lidar
1147 com essa situação; com a palavra, apresentou exemplos para melhor compreensão das
1148 mudanças ocorridas na macroárea, explicitando que os pontos em vermelho nas divisas
1149 correspondem a erros identificados, consistentes em correções topológicas, relativas a
1150 polígonos que, por vezes, se sobrepunham, apresentavam lacunas, formavam nós
1151 indevidos ou se encontravam duplicados; em seguida, esclareceu que se tratou de
1152 correção predominantemente relacionada ao georreferenciamento, informando que o
1153 perímetro anteriormente disponibilizado para download no GeoSampa foi revisto,
1154 havendo atualmente novo arquivo corrigido disponível na referida plataforma; alguns
1155 exemplos foram apresentados, ressaltando que tais erros são de pequena monta,
1156 consistindo em diferenças de centímetros, não interferindo em questões de
1157 licenciamento ou outras correlatas; em seguida, passou-se à exposição da outra meta
1158 estabelecida, consistente em trabalhar com dados de IPTU de forma que se tornassem
1159 mais apropriados ao monitoramento do PDE; em sequência, foram expostas as
1160 justificativas, esclarecendo que se utilizou linguagem de programação diversa, no caso a
1161 linguagem R, por meio de scripts que podem ser copiados e reproduzidos por qualquer
1162 pessoa, conferindo maior transparência e replicabilidade aos procedimentos adotados;
1163 com a palavra, destacou que foram definidos dois principais objetivos, quais sejam, o
1164 agrupamento dos dados por lotes e a classificação dos lotes de acordo com cinco
1165 categorias de uso das edificações e três níveis de verticalização, medida que contribuirá
1166 significativamente para o monitoramento; em seguida, esclareceu que também foi
1167 realizada a agregação dos dados por quadras fiscais, promovendo-se a vinculação da
1168 quadra à respectiva unidade territorial, distrito, macroárea e áreas de influência dos
1169 eixos, o que igualmente auxilia no acompanhamento; por fim, informou que foram
1170 criadas categorias específicas para os lotes ou para as quadras, dentre elas as
1171 classificações exclusivamente residencial e exclusivamente não residencial; em seguida,



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1172 foram detalhadas as demais categorias criadas, compreendendo aquelas de uso misto
1173 com predominância residencial, uso misto com predominância não residencial e os
1174 terrenos não edificados; na sequência, esclareceu-se que as categorias de verticalidade
1175 foram definidas como horizontal, para edificações de até três pavimentos, vertical baixo,
1176 de quatro a oito pavimentos, e vertical médio e alto, para edificações com nove
1177 pavimentos ou mais; com a palavra, foi informado que referido dado ainda não se
1178 encontra disponível na plataforma, tratando-se de arquivo de grande dimensão,
1179 havendo dificuldades técnicas para sua inserção no ambiente de dados abertos, mas que
1180 a equipe já está trabalhando para viabilizar sua disponibilização em breve; em seguida,
1181 destacou que já estão sendo desenvolvidas formas de visualização e que foram
1182 apresentados três exemplos em slides, sendo um deles referente ao coeficiente de
1183 aproveitamento efetivo, retratando a situação atual, com variação média de zero a meio
1184 até quatro a cinco, esclarecendo que se trata de média utilizada inclusive como exercício
1185 interno para melhor compreensão e manuseio dos dados; em sequência, apresentou
1186 outra forma de visualização, evidenciando, especialmente, a comparação entre
1187 edificações horizontais e aquelas verticais com mais de oito pavimentos em área de
1188 eixo, demonstrando que as horizontais tendem a diminuir enquanto as verticais
1189 aumentam, resultado já esperado; por fim, foi exibida última visualização referente a
1190 determinado eixo, havendo dúvida quanto à sua localização exata, sendo mencionada a
1191 possibilidade de tratar-se da região da Ipiranga; em seguida, foi esclarecido que também
1192 há essa forma de visualização, sendo que as tonalidades mais claras representam as
1193 edificações mais baixas e as mais escuras correspondem às mais altas, destacando-se
1194 ainda que aquelas com contorno mais escuro indicam imóveis que eram de baixa
1195 verticalização no ano de 2014 e que, posteriormente, passaram por processo de
1196 verticalização; na sequência, ressaltou-se que tais visualizações foram apresentadas
1197 apenas para fins de compreensão e que os dados já se encontram finalizados, estando
1198 em fase de disponibilização na plataforma, sendo que, tão logo superadas as
1199 dificuldades técnicas, serão inseridos em formato de dados abertos; com a palavra,
1200 informou-se que, por fim, no corrente ano, procedeu-se à estruturação do
1201 monitoramento das ações prioritárias, com a consolidação de metodologia própria,
1202 envolvendo o mapeamento de todas as ações, a definição de indicadores, o
1203 levantamento do estágio de implementação, o desenvolvimento de estratégia de
1204 comunicação e a ativação das informações na plataforma; em seguida, destacou-se que,
1205 de acordo com o próprio Plano Diretor, o monitoramento deveria abranger os 39
1206 instrumentos, as ações prioritárias e os objetivos das macroáreas, compreendendo as 8
1207 macroáreas, as zonas especiais e os objetivos estratégicos, que somam 17, além de 94
1208 objetivos das macroáreas e dezenas de objetivos das zonas especiais e das políticas
1209 setoriais previstas no PDE, totalizando centenas de objetivos; em sequência, esclareceu-
1210 se que, neste momento, o trabalho está concentrado nas ações prioritárias, previstas no
1211 Título III do PDE, sendo que o Título I trata dos princípios e objetivos gerais, o Título II
1212 dispõe sobre ordenamento territorial, macroáreas e instrumentos, e o Título III
1213 contempla as políticas dos sistemas urbanos e ambientais, mobilidade, habitação,



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1214 saneamento, dentre outras, onde se encontram definidas as ações prioritárias; em
1215 seguida, foi informado que, dentre as 143 ações prioritárias, ao menos metade foi
1216 classificada como de implantação física, compreendendo entregas de corredores de
1217 ônibus, obras de drenagem, ampliação de CEUs e demais equipamentos públicos; em
1218 sequência, esclareceu-se que outra parcela corresponde a regulamentações, programas
1219 e planos, com destaque para os planos ambientais, dentre os quais já foram elaborados
1220 o plano de arborização, o plano de áreas verdes, entre outros; com a palavra, destacou-
1221 se que o trabalho em curso envolve a construção de quadros de monitoramento, tendo
1222 em vista que algumas das ações prioritárias de implantação encontram-se representadas
1223 nos mapas do PDE, como os Mapas 8 e 9; em seguida, ressaltou-se a dificuldade
1224 identificada no processo, uma vez que há mapas originalmente estabelecidos no ano de
1225 2014, posteriormente alterados na revisão do Plano, além de modificações promovidas
1226 por planos setoriais que também impactam tais mapas; por fim, informou-se que a
1227 equipe está desenvolvendo quadro de monitoramento que abarque todas essas
1228 alterações cartográficas, a fim de possibilitar a compreensão acerca do que já foi
1229 executado, quais intervenções foram realizadas e qual o estágio de implementação das
1230 ações previstas; em seguida, com a palavra, o Sr. Fernando agradeceu e solicitou
1231 oportunidade para complementar a exposição anterior; em sequência, esclareceu que,
1232 durante a revisão intermediária do Plano Diretor, realizada entre os anos de 2021 e
1233 2023, foi elaborado inicialmente o diagnóstico, correspondente à primeira etapa,
1234 seguido da produção de relatórios temáticos; destacou que tal análise ocorreu no meio
1235 da vigência temporal do Plano Diretor, após aproximadamente sete a oito anos de sua
1236 implementação, ocasião em que já foi realizada análise mais abrangente acerca das
1237 ações e dos objetivos, considerando, inclusive, as limitações de disponibilidade de dados
1238 mencionadas anteriormente; em seguida, ressaltou que os trabalhos têm tido
1239 continuidade, conforme demonstrado pelas iniciativas relacionadas à construção de
1240 plataforma e à ampliação da disponibilização de dados, tratando-se de processo
1241 contínuo de estruturação do monitoramento; por fim, enfatizou que o objetivo desse
1242 esforço é possibilitar análises consistentes para avaliar se o desenvolvimento urbano da
1243 cidade está progredindo conforme o planejado, bem como permitir a realização das
1244 correções de rumo que se mostrem necessárias; em seguida, a Sra. Talita agradeceu ao
1245 Sr. Fernando e informou que a palavra seria aberta aos Conselheiros, registrando a
1246 inscrição do Sr. Daniel e questionando se mais alguém gostaria de se manifestar; com a
1247 palavra, o Sr. Daniel agradeceu ao Sr. Cleiton, parabenizando-o pelo trabalho
1248 desenvolvido, destacando que, quando da revisão realizada em 2013, a Prefeitura não
1249 dispunha do atual patamar de informações, havendo, na revisão ocorrida em 2023, um
1250 salto significativo, caracterizando processo incremental; em sequência, afirmou
1251 compreender as dificuldades apresentadas e passou a tecer reflexões, salientando que
1252 os dados constantes dos relatórios de aprovação são estratégicos para utilização no
1253 monitoramento, especialmente os dados relativos à aprovação de projetos; destacou
1254 que a revisão de 2023 foi clara quanto à necessidade de ordenar a transformação da
1255 cidade formal, sobretudo nos eixos, entendendo que a cidade vem se transformando



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1256 intensamente nessas áreas, razão pela qual determinados aspectos precisam ser
1257 mensurados; em seguida, apontou que atualmente não se mede, por exemplo, o quanto
1258 houve de alargamento de calçadas, o que considera estratégico; mencionou também a
1259 necessidade de mensurar o número de vagas aprovadas nos eixos, considerando que a
1260 diretriz é de redução de vagas, sugerindo a construção de indicador que correlacione
1261 vagas por habitante, por metro quadrado de área construída ou por área de terreno, de
1262 modo a avaliar se o município está no caminho da mobilidade urbana sustentável ou se
1263 está se afastando desse objetivo; por fim, ressaltou a importância de se medir a fachada
1264 ativa, não apenas pela área construída correspondente, mas pela extensão de testada
1265 com fachada ativa; em sequência, o Sr. Daniel prosseguiu destacando que tais
1266 informações constam nos documentos de aprovação e, caso não constem de forma
1267 consolidada, entende ser necessário ajustar a própria forma de sistematização,
1268 recordando que determinados dados podem estar presentes no projeto simplificado, de
1269 modo que, para fins de monitoramento, talvez seja indispensável analisar a peça gráfica
1270 do referido projeto para realizar as medições pertinentes; ressaltou que é fundamental
1271 mensurar a forma urbana resultante da transformação promovida nos eixos,
1272 defendendo a construção de indicadores específicos para esse fim; em seguida,
1273 ponderou que o PDE concedeu diversos incentivos para a produção de HIS, contudo
1274 tais incentivos geram efeito escalonado de incremento de outras áreas construídas,
1275 exemplificando que, ao se implantar empreendimento com HIS 2, a quantidade de área
1276 adicional destinada a outros usos pode ser expressiva, razão pela qual também se faz
1277 necessário medir esse impacto; esclareceu que suas colocações visam contribuir para o
1278 aprimoramento dos indicadores voltados à mensuração da forma urbana; por fim,
1279 destacou que, havendo relatórios e alvarás expedidos diariamente, em tese existe
1280 processo dinâmico que possibilita atualização contínua das informações, colocando,
1281 inclusive, a Universidade à disposição caso a limitação seja de equipe técnica; em
1282 seguida, o Sr. Daniel acrescentou que a Universidade se coloca à disposição para
1283 eventual parceria, destacando que há diversas iniciativas no Brasil voltadas à residência
1284 para estudantes e profissionais de Arquitetura e Urbanismo, mencionando que a
1285 Prefeitura possui projeto relacionado ao urbanismo social, sugerindo que a SMUL possa
1286 estruturar iniciativa conjunta, eventualmente em parceria com o CAU, a fim de
1287 contribuir com o monitoramento, ressaltando que é possível mobilizar com relativa
1288 rapidez alunos de pós-graduação e arquitetos já formados para colaborar nessa frente;
1289 em sequência, ponderou que houve avanços relevantes nos pontos anteriormente
1290 apresentados, mas destacou a existência de grande desafio relacionado à forma como
1291 os dados são recebidos das demais Secretarias para alimentação do monitoramento;
1292 ressaltou que, em diversas ocasiões, ao acessar determinados indicadores, constam
1293 dados defasados, a exemplo de informações de 2021 ou 2022, mencionando inclusive
1294 divergências entre os valores de arrecadação da outorga constantes no relatório do
1295 FUNDURB e aqueles apresentados nos indicadores; com a palavra, enfatizou que a
1296 capacidade de atualização tempestiva constitui gargalo relevante e que é fundamental
1297 que, ao acessar determinado indicador, seja possível identificar o grau de defasagem da



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1298 informação, de modo que o usuário saiba a que período os dados se referem; por fim,
1299 reiterou os cumprimentos pelo trabalho desenvolvido; em seguida, a Sra. Talita
1300 agradeceu ao Sr. Daniel e concedeu a palavra à Sra. Angeli; com a palavra, a Sra. Angeli
1301 manifestou preocupação quanto a situação que estaria ocorrendo no Município,
1302 relatando que estão sendo realizados cadastramentos de famílias sob a informação de
1303 que os bairros seriam regularizados, embora, segundo afirmou, não haja processo SEI
1304 formalizado acerca de regularização fundiária; em sequência, esclareceu que, na região
1305 do Grajaú, pessoas uniformizadas, identificando-se como da Secretaria, estariam
1306 realizando visitas domiciliares para cadastramento das famílias, com a finalidade de
1307 promover regularização em bairros já consolidados e habitados há anos; relatou ainda
1308 que estariam sendo realizadas reuniões em equipamentos públicos, como CEUs,
1309 reunindo diversas famílias do território; com a palavra, afirmou que a situação causa
1310 preocupação, tendo em vista que, no âmbito deste colegiado, não há informação sobre
1311 processo formal de regularização fundiária em andamento para tais áreas, ressaltando
1312 que o espaço de discussão deve propiciar encaminhamentos positivos; em seguida,
1313 pontuou que, embora não possua formação acadêmica na área, vivencia a realidade da
1314 periferia e das comunidades, destacando que, para a conclusão de processos de
1315 regularização fundiária, entende ser necessária a abertura formal de processo SEI para
1316 discussão do tema; ponderou que compreende eventuais atrasos, mas considera
1317 estranho que esteja sendo realizado cadastramento nas áreas onde já reside a
1318 população, sem que haja informação formal sobre o respectivo processo; por fim,
1319 mencionou a existência de recursos no FUNDURB destinados à regularização fundiária
1320 e questionou como se dará a condução de tais ações, diante do cenário apresentado e
1321 da percepção de atraso nos trabalhos, deixando consignada a indagação para
1322 esclarecimentos; em seguida, a Sra. Talita agradeceu à Sra. Angeli e concedeu a palavra
1323 ao Sr. Andy Gruber, representante titular do setor empresarial; com a palavra, o Sr.
1324 Andy Gruber cumprimentou os presentes e indagou acerca da possibilidade de também
1325 se levantar informações relativas à infraestrutura urbana, mencionando especificamente
1326 redes e obras vinculadas à Comgás, Sabesp e Enel, bem como intervenções em
1327 andamento e seus impactos na cidade; em sequência, destacou que o Município
1328 atualmente se configura como grande canteiro de obras, relatando que, ao desenvolver
1329 empreendimentos, o setor frequentemente se depara com planos e intervenções cuja
1330 compreensão é dificultada, enfrentando entraves para realização de ligações definitivas,
1331 com prazos prolongados; ressaltou que tais informações são essenciais para o
1332 funcionamento da cidade, notadamente no que se refere a abastecimento de água,
1333 esgotamento sanitário, energia elétrica e gás; por fim, questionou se há possibilidade de
1334 levantamento desses dados e de sua incorporação aos mapas e instrumentos de
1335 monitoramento; em seguida, a Sra. Talita agradeceu ao Sr. Andy e concedeu a palavra
1336 ao Sr. José André, informando que, após as manifestações, o Sr. Cleiton poderia
1337 apresentar as réplicas; com a palavra, o Sr. José André cumprimentou o Sr. Cleiton,
1338 esclarecendo tratar-se de outro servidor que não aquele vinculado ao FUNDURB,
1339 mencionando que aguarda, há considerável período, retornos do referido setor e da



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1340 SIURB acerca de questionamentos anteriormente formulados, apesar de reiteradas
1341 promessas; em sequência, contextualizou que, na reunião realizada na terça-feira no
1342 âmbito do FUNDURB, foram feitos questionamentos sobre obras de arte e outras
1343 situações, passando a dirigir pergunta específica ao Sr. Cleiton quanto à questão da HIS;
1344 destacou que, no monitoramento do Plano Diretor e na revisão realizada, houve
1345 diagnóstico da própria Administração Pública apontando ineficiência no licenciamento à
1346 época, indagando se tal situação já teria sido solucionada, manifestando entendimento
1347 de que possivelmente não, diante de atuação do Ministério Público; em seguida,
1348 questionou quais medidas estão sendo propostas para aprimorar esse cenário,
1349 considerando que, no monitoramento de 2022 para 2023, já havia diagnóstico
1350 detalhado acerca de problemas relacionados à destinação das unidades de HIS 1,
1351 destinadas a famílias de até três salários mínimos, e HIS 2, de três a seis salários
1352 mínimos, bem como quanto às HMP; ressaltou que observa, de forma reiterada no
1353 Diário Oficial, publicações da Secretaria de Habitação relativas a notificações para
1354 apresentação de defesa em empreendimentos, ponderando, contudo, que a mera
1355 notificação não se mostra suficiente, solicitando esclarecimentos acerca das
1356 providências efetivas adotadas; em sequência, o Sr. José André ponderou que, caso o
1357 processo de licenciamento não seja efetivamente modificado, há risco de que, no prazo
1358 de dois ou três anos, os mesmos problemas voltem a ocorrer, destacando que o
1359 instrumental normativo e procedimental necessita de revisão; em seguida, abordou a
1360 questão da regularização fundiária, já mencionada pela Sra. Angeli, afirmando que, no
1361 capítulo referente à habitação e especificamente à regularização fundiária, identifica-se
1362 dicotomia relevante entre a nova legislação municipal de REURB e as disposições
1363 constantes no PDE, especialmente quanto à mistura entre concessões e regularização
1364 fundiária propriamente dita; com a palavra, mencionou ter tratado anteriormente das
1365 figuras da legitimação fundiária e da legitimação possessória, apontando que tais
1366 institutos não estariam suficientemente bem definidos, solicitando esclarecimentos
1367 sobre como vem sendo realizado o gerenciamento dessas questões; em sequência,
1368 afirmou que o Município não tem cumprido, de forma reiterada, a destinação de
1369 recursos do FUNDURB para regularização fundiária, sobretudo quando há intervenções
1370 de urbanização vinculadas à provisão habitacional, citando como exemplo o caso do
1371 empreendimento João Cabanas, que, embora classificado como urbanização, teria
1372 finalidade relacionada à regularização fundiária; por fim, acrescentou como ponto
1373 relevante a questão da mobilidade, mencionando especificamente o sistema hidroviário,
1374 avaliando que, até o momento, os resultados não têm sido satisfatórios; em sequência, o
1375 Sr. José André mencionou a questão do transporte hidroviário na Represa Billings,
1376 referindo-se à existência de duas embarcações com capacidade aproximada de 60
1377 passageiros cada, ressaltando que, embora possa parecer tema de menor relevância, a
1378 população diretamente afetada manifesta preocupação, sobretudo quanto à ausência de
1379 informações claras; com a palavra, destacou a existência de incertezas acerca das áreas
1380 de atracação, dos terminais previstos e das eventuais desapropriações necessárias,
1381 relatando que, à época, questionou o então Secretário da Casa Civil, Sr. Fabrício, sem



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1382 obter precisão quanto aos locais que seriam objeto de desapropriação; em seguida,
1383 abordou novamente a temática da mobilidade, especialmente quanto aos corredores de
1384 ônibus e terminais, afirmando que, no âmbito do FUNDURB, ficou evidenciado o baixo
1385 investimento e o descumprimento das previsões relativas a corredores e terminais,
1386 mencionando especificamente o Terminal Jardim Miriam, cuja implantação demandou
1387 intensa mobilização da população local; em sequência, apontou a existência de
1388 problemas nos projetos e demora excessiva inclusive para elaboração de projetos
1389 básicos, afirmando que a Prefeitura estaria enfrentando dificuldades na contratação
1390 desses projetos, o que tem ocasionado atrasos na entrega das obras; por fim, citou o
1391 Corredor Itaquera como exemplo de empreendimento cuja primeira fase ainda não foi
1392 concluída, solicitando esclarecimentos acerca das providências que estão sendo
1393 adotadas diante dos atrasos e das dificuldades relatadas; em sequência, o Sr. José André
1394 acrescentou que não poderia deixar de mencionar a situação da Avenida Celso Garcia,
1395 classificando-a como exemplo de atraso significativo; com a palavra, reiterou a
1396 solicitação para que fossem prestados esclarecimentos acerca do conjunto das situações
1397 apontadas, especialmente quanto às avaliações realizadas e às propostas apresentadas
1398 para superação dos problemas identificados; destacou que, a seu ver, a questão não
1399 reside na legislação, mas sim na gestão administrativa e nos instrumentos adotados pela
1400 Administração Pública; por fim, agradeceu a oportunidade de manifestação; em seguida,
1401 a Sra. Talita agradeceu ao Sr. José André e concedeu a palavra ao Sr. Cleiton para as
1402 réplicas; com a palavra, o Sr. Cleiton agradeceu as manifestações e iniciou respondendo
1403 ao Sr. Daniel, reconhecendo a pertinência dos apontamentos e informando que a equipe
1404 vem trabalhando em conjunto com o setor de Uso do Solo, especialmente nos casos
1405 envolvendo outorga onerosa, descontos via TDC e doação de calçada, esclarecendo que
1406 tais benefícios nem sempre constam expressamente no alvará, muitas vezes aparecendo
1407 apenas no projeto, o que dificulta a captação sistematizada das informações; em
1408 sequência, destacou que situação semelhante ocorre em relação ao número de vagas,
1409 que nem sempre é informado de forma estruturada, configurando complicador para o
1410 monitoramento; ressaltou ainda que, quanto aos benefícios relacionados à HIS e à HMP,
1411 está sendo estruturada metodologia para rastrear tais informações, de modo a
1412 possibilitar sua demonstração, ainda que, em alguns casos, por meio de relatórios
1413 qualitativos, quando não for viável a construção imediata de indicador específico; em
1414 seguida, dirigindo-se à Sra. Angeli, esclareceu que os números de processos
1415 anteriormente mencionados referem-se aos processos de monitoramento, nos quais são
1416 registradas as reuniões e inseridas as informações pertinentes, garantindo transparência
1417 aos trabalhos, inclusive com a participação de integrantes do CMPDE que também
1418 compõem os respectivos Grupos de Trabalho; em sequência, o Sr. Cleiton esclareceu
1419 que, a cada novo Grupo de Trabalho iniciado, é aberto processo específico para registro
1420 das reuniões e inserção de todos os produtos elaborados, garantindo a organização e a
1421 transparência dos trabalhos; com a palavra, informou que o tema da regularização
1422 fundiária passou por período de descontinuidade em razão da nova legislação, motivo
1423 pelo qual os dados constantes na plataforma encontram-se desatualizados, tendo sido



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1424 informado à equipe de monitoramento que os instrumentos anteriormente aplicados
1425 deixaram de ser utilizados, em virtude da adoção de nova sistemática; em seguida,
1426 destacou que, embora as reuniões tenham sido iniciadas, o processo formal ainda não
1427 havia sido aberto, o que deverá ocorrer na próxima reunião, prevista para a semana
1428 seguinte, quando já se espera a consolidação de produtos a serem inseridos no
1429 respectivo processo; esclareceu ainda que o monitoramento realizado pela equipe não
1430 adentra na análise individualizada de cada processo de regularização fundiária, seja em
1431 área pública ou particular, limitando-se ao recebimento e consolidação dos dados
1432 fornecidos pelos setores responsáveis; em sequência, respondendo ao Sr. Andy,
1433 informou que o ideal seria dispor de acesso amplo aos dados de infraestrutura urbana,
1434 ressaltando que a Secretaria possui alguns convênios, inclusive relacionados à CPU e a
1435 notificações via Enel e Sabesp, porém reconheceu a dificuldade de obtenção de
1436 determinadas informações, muitas vezes vinculadas a outras esferas; por fim,
1437 exemplificou que, no caso do mapa de saneamento previsto no PDE, há dificuldades
1438 para identificar com precisão o que foi executado, sendo necessário, em alguns casos,
1439 buscar dados junto ao Comitê de Bacia para complementar as informações; em
1440 sequência, o Sr. Cleiton esclareceu que o acompanhamento da execução contratual
1441 entre a Prefeitura e a Sabesp envolve processo complexo, com a realização de diversas
1442 reuniões, mencionando inclusive a recente instituição de comissão de segurança hídrica,
1443 responsável pela elaboração do próximo plano de saneamento; destacou que há contato
1444 constante com os órgãos envolvidos, porém reconheceu a dificuldade em monitorar
1445 com precisão tudo o que está sendo efetivamente executado, tratando-se de desafio
1446 inerente à temática; em seguida, dirigindo-se ao Sr. José André, retomou a questão do
1447 licenciamento de HIS e HMP, reconhecendo que, conforme já apontado em
1448 monitoramentos anteriores, havia problemas na sistematização dos dados; esclareceu
1449 que, a partir de 2020, com a implementação do sistema Aprova Digital, passou-se a
1450 dispor de dados mais estruturados sobre HIS e HMP, não significando que antes não
1451 existissem alvarás, mas sim que muitas informações não eram devidamente preenchidas
1452 ou não constavam de forma organizada nos relatórios, especialmente quanto à
1453 quantidade de unidades; ressaltou que, no período anterior, a equipe precisava analisar
1454 manualmente cada alvará, abrindo documento por documento, uma vez que os dados
1455 não estavam estruturados, sendo disponibilizados em formato PDF, o que demandava
1456 leitura individual e divisão de centenas de alvarás entre os servidores para
1457 preenchimento das planilhas; por fim, informou que atualmente está sendo adotado
1458 sistema de gerenciamento de banco de dados, com solicitação de extrações à PRODAM,
1459 a fim de automatizar o processo, reduzir riscos de erro humano e qualificar as
1460 informações anteriores ao Aprova Digital, destacando que, no novo sistema, os dados já
1461 passam a ser disponibilizados de forma estruturada; em sequência, o Sr. Cleiton
1462 acrescentou que, além das informações relativas à HIS, o sistema atual também passou
1463 a disponibilizar dados como número de pavimentos e outros elementos que
1464 anteriormente não estavam estruturados; com a palavra, esclareceu que, quanto à
1465 regularização fundiária, a equipe de monitoramento limita-se a receber e consolidar os



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1466 dados fornecidos, não sendo responsável pela execução direta das ações, as quais
1467 competem à SEHAB; em seguida, abordando novamente a questão da mobilidade, pediu
1468 desculpas caso tenha havido interpretação inadequada de sua reação anterior,
1469 esclarecendo que eventual sorriso ocorreu em razão do tom adotado na menção às
1470 embarcações, sem qualquer intenção de desrespeito; ressaltou que as políticas de
1471 mobilidade e infraestrutura são de responsabilidade de outras Secretarias, cabendo à
1472 equipe de monitoramento receber os dados correspondentes; por fim, destacou que a
1473 proposta é consolidar tais informações na plataforma, de modo a dar transparência,
1474 possibilitar o acesso por parte dos Conselheiros e da sociedade e permitir tanto o
1475 controle social quanto o aprimoramento das decisões de política pública; em seguida,
1476 com a palavra, a Sra. Maria José cumprimentou os presentes, apresentou-se e informou
1477 que auxiliaria nos esclarecimentos, ressaltando já ter atuado na SEHAB, na SMUL e,
1478 atualmente, na COHAB, mantendo diálogo permanente com a equipe técnica; em
1479 sequência, esclareceu que a regularização fundiária é atribuição da SEHAB e da COHAB,
1480 destacando que há legislação federal específica sobre REURB, bem como legislação
1481 municipal decorrente dessa norma federal, além dos decretos regulamentadores
1482 correspondentes; com a palavra, informou que as atividades de regularização fundiária
1483 foram ampliadas nos últimos anos, especialmente no âmbito da SEHAB, onde a
1484 Coordenadoria de Regularização Fundiária – CRF concentra as ações, contando
1485 atualmente com equipe técnica ampliada para execução dos trabalhos; em seguida,
1486 consignou que uma das metas do governo municipal tem sido justamente a ampliação
1487 da regularização fundiária, política que vem sendo fortalecida nos últimos anos;
1488 ressaltou que, em períodos anteriores, havia situações em que áreas ocupadas, inclusive
1489 de propriedade da COHAB, eram objeto de remoções com concessão de auxílio-aluguel
1490 por longos períodos, solução que se prolongava por muitos anos, quando, na realidade, a
1491 população almejava a permanência regularizada em seu próprio espaço; por fim,
1492 destacou que, com a legislação atual de regularização fundiária, vem sendo
1493 desenvolvido trabalho integrado entre SMUL, SEHAB e COHAB, visando estruturar e
1494 consolidar os processos de regularização no Município; em seguida, a Sra. Maria José
1495 esclareceu que a SMUL não detém as informações detalhadas sobre os processos de
1496 regularização fundiária, por não ser o órgão responsável por sua execução, atribuição
1497 que compete à SEHAB e à COHAB; com a palavra, recomendou que eventuais dúvidas
1498 sejam direcionadas à SEHAB, especialmente à Coordenadoria de Regularização
1499 Fundiária – CRF, ou à COHAB, nas áreas responsáveis; ressaltou que a diretriz atual
1500 consiste em promover a regularização nas áreas já ocupadas, assegurando a titularidade
1501 aos moradores; em sequência, destacou que, em determinadas situações, a
1502 regularização fundiária demanda a realização de obras de infraestrutura, considerando a
1503 necessidade de acesso a serviços essenciais, como coleta de lixo, fornecimento de gás e
1504 demais redes urbanas; abordando a questão relativa à Enel e à Sabesp, informou que
1505 houve tratativas realizadas pela SMUL após a publicação da revisão do PDE,
1506 especialmente no âmbito da área técnica competente, com a formalização de termos de
1507 cooperação visando ao compartilhamento de informações; esclareceu que tais



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1508 concessionárias não possuem obrigação legal de encaminhar dados à Prefeitura, mas
1509 que existem instrumentos de cooperação celebrados com essa finalidade, os quais
1510 devem ser atualizados e utilizados para viabilizar o cruzamento de informações; por fim,
1511 salientou que os números relativos à regularização fundiária vêm aumentando, em
1512 consonância com metas estabelecidas pela Administração, recomendando que seja
1513 reforçada a cobrança para que as informações sejam repassadas às equipes
1514 responsáveis pelo monitoramento, encerrando sua manifestação; em seguida, a Sra.
1515 Talita agradeceu à Sra. Maria José e ao Sr. Cleiton e concedeu a palavra à Sra. Estela;
1516 com a palavra, a Sra. Estela, Conselheira titular pelo Conselho Participativo da Macro
1517 Região Centro, cumprimentou os presentes e destacou a relevância e a complexidade
1518 do trabalho apresentado pelo Sr. Cleiton, ressaltando que diversos questionamentos
1519 formulados poderiam ser respondidos por representantes das Secretarias competentes
1520 que deveriam estar presentes na reunião; em sequência, observou que há
1521 representantes titular e suplente da SEHAB indicados para o colegiado, os quais
1522 poderiam prestar os esclarecimentos necessários, manifestando preocupação quanto à
1523 ausência desses membros em reunião considerada importante para o compartilhamento
1524 de informações e discussão do plano de metas; com a palavra, ponderou que não seria
1525 adequado que os Conselheiros tenham que se dirigir às Secretarias para obter
1526 informações que deveriam ser prestadas no âmbito da própria reunião, defendendo que
1527 tais esclarecimentos sejam apresentados pelos representantes do Poder Executivo,
1528 preferencialmente na próxima reunião, caso não seja possível no momento; por fim,
1529 registrou nominalmente os representantes indicados da SEHAB no colegiado,
1530 ressaltando que poderiam contribuir com as informações solicitadas, encerrando sua
1531 manifestação; em seguida, com a palavra, o Sr. José André esclareceu que sua referência
1532 à HIS não se dirigia à questão construtiva, mas sim à fiscalização quanto ao atendimento
1533 da finalidade social do instrumento, ou seja, à efetiva destinação das unidades às
1534 famílias de interesse social; em sequência, ponderou que talvez fosse necessária
1535 regulamentação mais específica, sugerindo inclusive a utilização cruzada do cadastro da
1536 COHAB com o NIS, de modo a valorizar a base de dados existente e assegurar maior
1537 efetividade no cumprimento do objetivo da política habitacional; destacou que tem
1538 observado, especialmente na zona leste, notadamente na Subprefeitura da Penha, nos
1539 distritos de Vila Matilde e Guilhermina, bem como em áreas da zona norte, como região
1540 do Jaçanã/Tremembé, a proliferação de pequenos empreendimentos, os quais tem
1541 acompanhado in loco; ressaltou que tais empreendimentos, compostos em grande parte
1542 por unidades do tipo quitinete ou estúdios, vêm se consolidando como mercado de
1543 investimento, o que suscita preocupação quanto ao real atendimento da finalidade
1544 social da HIS; por fim, registrou que ainda não houve, a seu ver, debate mais
1545 aprofundado sobre mecanismos de controle e fiscalização, entendendo que o CMPU
1546 poderia colaborar nesse acompanhamento, embora, segundo afirmou, a participação do
1547 Conselho no controle social nem sempre seja considerada pelo Executivo, defendendo a
1548 necessidade de regulamentação mais clara por meio de decreto específico; em
1549 sequência, o Sr. José André esclareceu que, ao tratar da regularização fundiária, sua



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1550 preocupação refere-se à forma como as intervenções vêm sendo executadas em
1551 determinados territórios, agradecendo a contribuição da representante da COHAB e
1552 mencionando atuação conjunta anterior com movimentos sociais sobre o tema; com a
1553 palavra, exemplificou a situação do distrito de Parelheiros, afirmando que, em diversas
1554 ocasiões, as obras de urbanização, especialmente de pavimentação, estariam sendo
1555 realizadas de forma desorganizada e dissociada de projeto estruturado de regularização
1556 fundiária; ressaltou que a Subprefeitura de Parelheiros tem realizado expressivo número
1557 de pavimentações, porém, segundo relatou, sem observância adequada dos projetos
1558 previstos na legislação federal nº 13.465 e, especialmente, nas áreas classificadas como
1559 ZEIS; em seguida, citou o caso do Jardim Manacá da Serra, informando que há quase um
1560 ano se aguarda a constituição do Conselho Gestor, havendo inclusive perspectiva de
1561 propositura de ação civil pública com obrigação de fazer; destacou que, no referido
1562 local, foram realizadas intervenções de pavimentação sem observância de critérios
1563 técnicos de urbanização, especialmente quanto à necessidade prévia de saneamento
1564 básico e drenagem, o que pode acarretar problemas futuros; por fim, afirmou que, em
1565 algumas situações, subprefeituras autorizam intervenções por meio de cartas de
1566 anuência, inclusive para implantação de redes, sem que haja articulação com projeto
1567 global de regularização fundiária, questionando se tais práticas observam a finalidade e
1568 os parâmetros estabelecidos na própria legislação; em sequência, o Sr. José André
1569 destacou que, nos termos do artigo 9º da legislação pertinente, a regularização fundiária
1570 deve promover melhoria da qualidade de vida ambiental, assegurando não apenas a
1571 regularização jurídica, mas também a urbanística; com a palavra, afirmou que, enquanto
1572 órgão responsável pelo monitoramento, esperava-se abordagem mais estratégica e
1573 detalhada sobre tais intervenções; em seguida, mencionou a questão da regularização
1574 de empreendimentos vinculados à COHAB, defendendo maior participação da
1575 Companhia nesse processo, registrando que há decreto recente que possibilita tal
1576 atuação ampliada; por fim, ressaltou que a preocupação central é de natureza
1577 estratégica, asseverando que a regularização fundiária dissociada de urbanização efetiva
1578 não atende ao interesse público, configurando mera formalização jurídica sem a
1579 correspondente melhoria das condições urbanas, deixando consignado esse
1580 posicionamento; em seguida, a Sra. Júlia agradeceu e concedeu a palavra ao Sr. Daniel;
1581 com a palavra, o Sr. Daniel registrou a preocupação com o horário, ressaltando que
1582 ainda restam duas pautas a serem deliberadas na reunião, comprometendo-se a ser
1583 breve; em sequência, destacou que, no âmbito do monitoramento do PDE, deve ser
1584 considerada de forma mais estruturada a resposta do Plano às questões de resiliência
1585 urbana e aos impactos das mudanças climáticas, especialmente quanto à sua
1586 contribuição para o cumprimento das metas do PlanClima; ressaltou que é necessário
1587 avaliar como as ações previstas no PDE contribuem para a redução de emissões e
1588 também para o sequestro de gases de efeito estufa, ponderando que tal mensuração é
1589 complexa, pois envolve análise do desempenho de políticas como arborização,
1590 mobilidade e outras intervenções urbanas em sua correlação com a redução ou
1591 compensação de emissões; por fim, enfatizou que, embora reconheça a dificuldade



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1592 técnica, entende ser imprescindível incorporar essa dimensão ao monitoramento,
1593 considerando o caráter estratégico do PDE para a agenda climática do Município,
1594 encerrando sua manifestação; em seguida, com a palavra, o Sr. Fernando ressaltou que
1595 um dos maiores desafios do monitoramento consiste em transpor a linguagem própria
1596 do planejamento urbano, estruturada em objetivos e diretrizes, para um formato
1597 compreensível e mensurável, tanto para as Secretarias quanto para os membros da
1598 sociedade civil que participam do processo; em sequência, destacou a necessidade de
1599 traduzir tais objetivos em indicadores e dados capazes de aferir se as ações
1600 implementadas estão efetivamente alinhadas ao que foi planejado; com a palavra,
1601 reconheceu que as questões levantadas pelo Sr. José André e pelos demais
1602 Conselheiros são pertinentes e reforçam a importância de mensuração adequada, ainda
1603 que nem sempre haja disponibilidade imediata de informações; por fim, salientou que,
1604 embora se trate de tarefa complexa, é fundamental avançar na construção de
1605 instrumentos que permitam converter objetivos e diretrizes em informações claras e
1606 acessíveis, possibilitando à população acompanhar a execução das políticas públicas e
1607 avaliar se o Município está caminhando na direção prevista no Plano; em seguida, a Sra.
1608 Talita agradeceu ao Sr. Fernando, ao Sr. Cleiton e a todos que contribuíram, informando
1609 que, em razão do horário, ainda há outros itens a serem tratados na pauta; com a
1610 palavra, passou a abordar o item referente à formação da Comissão Eleitoral,
1611 esclarecendo que foi encaminhada aos Conselheiros minuta de resolução, usualmente
1612 adotada nos processos eleitorais, a qual reproduz o decreto atualmente vigente que
1613 regulamenta o processo; em sequência, informou que não foi atingido o número mínimo
1614 de inscritos da sociedade civil para composição da Comissão, ressaltando que a
1615 indicação dos representantes do Poder Público é de competência do Executivo e deve
1616 observar a paridade, sendo que a quantidade indicada pelo Executivo acompanha o
1617 número de inscritos da sociedade civil; destacou que são necessários, no mínimo, três
1618 membros titulares da sociedade civil, tendo sido recebidas apenas duas indicações,
1619 sendo uma da Sra. Beatriz, da Associação Comercial, que se autodeclarou candidata, e
1620 outra do Sr. José André, que indicou o Sr. Antônio Pedro de Souza, ex-integrante do
1621 CMH e possivelmente já participante de comissão eleitoral anterior; por fim, informou
1622 que, diante da insuficiência de inscrições, será reaberto o prazo para manifestação de
1623 interesse, sendo necessários ao menos mais dois titulares e dois suplentes para viabilizar
1624 a composição mínima exigida; **6)** quanto ao item referente à 8ª Conferência Municipal
1625 da Cidade, a Coordenadora de Participação Social da SMUL, Sra. Sueli Guerreiro
1626 Morales, apresentou o andamento dos trabalhos, sendo o tema submetido a debates;
1627 em sequência, foi informado que os representantes da Comissão Organizadora pelo
1628 Segmento de Movimento Popular, Sra. Renata Esteves de Almeida Andretto, Sra. Maria
1629 Laura Fogaça Zei e Sr. Francisco João Moreirão de Magalhães, indicados pelo CMPU,
1630 formalizaram renúncia às respectivas representações; após esclarecimentos e
1631 manifestações dos presentes, deliberou-se pela retirada do item de pauta, a pedido dos
1632 Conselheiros, restando consignado que o tema será tratado diretamente no âmbito da
1633 própria Comissão Organizadora da Conferência; em seguida, quanto ao item referente à



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1634 8º Conferência Municipal da Cidade, com a palavra, a Sra. Sueli Guerreiro
1635 cumprimentou os presentes e informou que já havia realizado apresentação prévia no
1636 CMPU e no CPPU, passando a expor, de forma breve, o estágio atual da organização;
1637 em sequência, esclareceu que a Conferência é de conhecimento público, com ampla
1638 divulgação em meios como metrô, rádios e relógios da cidade, informando que o evento
1639 ocorrerá nos dias 26 e 27, no Ginásio Poliesportivo do Pacaembu; com a palavra,
1640 explicou que, inicialmente, o evento seria realizado no Memorial da América Latina,
1641 porém, a pedido dos movimentos populares integrantes da Comissão Organizadora,
1642 buscou-se espaço com maior capacidade de público; destacou que foram realizadas
1643 buscas em diversos equipamentos da cidade, incluindo Expo Center Norte e Anhembi,
1644 contudo as agendas encontravam-se comprometidas com antecedência de até dois
1645 anos; em sequência, informou que o Ginásio do Pacaembu foi definido como local do
1646 evento, com estimativa de público de 5.000 participantes; esclareceu que foram abertas
1647 4.000 inscrições prévias, já encerradas em razão do atingimento do limite, sendo que
1648 outras 1.000 vagas serão destinadas a participantes por ordem de chegada no primeiro
1649 dia do evento, 26, sábado, podendo integrar a Conferência mediante credenciamento
1650 no local; em sequência, a Sra. Sueli esclareceu que o credenciamento no dia do evento
1651 ocorrerá das 7h às 10h, sendo que os 4.000 inscritos previamente de forma online
1652 deverão se credenciar dentro desse horário; informou que, caso não realizem o
1653 credenciamento até as 10h, perderão a vaga, que será automaticamente destinada ao
1654 público presente, como vagas remanescentes; em seguida, destacou que o site da
1655 Conferência reúne todas as informações relevantes, ressaltando que a organização
1656 estruturou o processo em duas etapas; a primeira etapa consistiu na realização de 15
1657 encontros regionais distribuídos por toda a cidade, organizados por macrorregião, ao
1658 longo de nove sábados e uma quarta-feira em período integral; com a palavra, informou
1659 que os encontros ocorreram em equipamentos públicos, como CEUs e CCJs, tendo o
1660 último sido realizado na Câmara Municipal; em sequência, esclareceu que, nesses
1661 encontros regionais, os participantes foram divididos em grupos temáticos – habitação,
1662 gestão democrática, meio ambiente e mobilidade – sendo oferecido apenas um
1663 direcionamento inicial, mantendo-se o debate aberto para formulação livre de
1664 propostas; destacou que foram recebidas aproximadamente 700 propostas ao longo dos
1665 15 encontros, material que servirá de base para os debates da etapa seguinte,
1666 correspondente à Conferência Municipal propriamente dita, a ser realizada nos dias 26 e
1667 27; em sequência, a Sra. Sueli informou que a Cidade de São Paulo elegerá 270
1668 delegados para a Conferência, sendo 114 indicados pelo Poder Público; destacou, com
1669 satisfação, que foram convidadas as 32 Subprefeituras e as Secretarias Municipais a
1670 indicar um delegado e um suplente, registrando que todas as 32 Subprefeituras
1671 realizaram as respectivas indicações, assegurando representação de todo o território;
1672 acrescentou que 19 Secretarias, especialmente aquelas mais relacionadas aos eixos
1673 temáticos da Conferência, também indicaram representantes; em seguida, esclareceu
1674 que a sociedade civil elegerá 156 delegados no dia 27, domingo, durante a Conferência,
1675 distribuídos da seguinte forma: 72 do segmento de movimentos populares, 27 do



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1676 segmento de trabalhadores e sindicais, 27 do setor empresarial, 19 da área acadêmica e
1677 de pesquisa e 11 de organizações não governamentais; com a palavra, registrou que
1678 ainda há pendências de indicações em alguns segmentos, solicitando apoio para que
1679 sejam providenciadas; em sequência, destacou que todas as informações referentes aos
1680 encontros regionais, à Comissão Organizadora e à Conferência encontram-se
1681 disponíveis no portal da 8ª Conferência Municipal da Cidade; ressaltou ainda a
1682 elaboração de material informativo específico, desenvolvido pela equipe da SMUL em
1683 conjunto com a Comissão Organizadora, consistindo em caderno que será entregue a
1684 todos os participantes, contendo o regulamento da Conferência, a programação
1685 detalhada, a dinâmica dos trabalhos, orientações sobre recepção, abertura, palestrantes,
1686 funcionamento dos grupos e demais etapas do evento; por fim, informou que também
1687 foi preparado material complementar para apoiar a condução das atividades durante a
1688 Conferência; Em continuidade, a Sra. Sueli destacou que a equipe da ASCOM, liderada
1689 pela Sra. Patrícia, sistematizou todas as informações colhidas nos 15 encontros
1690 regionais, apresentando dados consolidados como número de participantes por região,
1691 locais de realização e total geral de 1.528 participantes; informou que foram registradas
1692 quase 700 propostas oriundas de todas as regiões da cidade – incluindo distritos mais
1693 periféricos –, as quais foram lidas por representantes dos participantes e homologadas
1694 nos respectivos encontros regionais, estando todo o conteúdo disponível em gravações
1695 no portal da 8ª Conferência Municipal da Cidade; esclareceu que, a partir desse
1696 conjunto de propostas, foi constituída uma equipe técnica de sistematização com
1697 representantes de diversas coordenadorias da SMUL, cujo trabalho foi posteriormente
1698 submetido à Comissão Organizadora para análise, ajustes e validação; explicou que
1699 desse processo resultou a consolidação de 27 propostas-síntese, considerando que, na
1700 etapa estadual, o Município poderá encaminhar apenas 12 propostas; ressaltou que a
1701 Conferência ocorre em três instâncias – municipal, estadual e federal – e que as 12
1702 propostas aprovadas na etapa municipal serão levadas pelos delegados eleitos à
1703 Conferência Estadual, para posterior encaminhamento à etapa nacional; por fim,
1704 informou que o material sistematizado apresenta explicações por eixo temático e inclui
1705 representação gráfica no mapa do Município, indicando as propostas mais recorrentes
1706 por território, facilitando a visualização das demandas predominantes em cada região;
1707 Na continuidade, a Sra. Sueli informou que o material elaborado apresenta, no mapa do
1708 Município de São Paulo, a distribuição territorial das propostas mais recorrentes por
1709 eixo temático, destacando o cuidado da equipe técnica na organização visual das
1710 informações; esclareceu que, no eixo de Habitação, por exemplo, foram consolidadas as
1711 demandas mais frequentemente mencionadas nos encontros regionais, a partir de
1712 processo de síntese que buscou agrupar os pontos mais debatidos, considerando a
1713 diversidade de temas apresentados pela população; explicou ainda que demandas
1714 estritamente individuais ou localizadas – como solicitações pontuais relativas a
1715 determinada via ou problema específico de bairro – foram registradas em formulários
1716 próprios disponibilizados nos grupos de trabalho, sendo tais registros encaminhados
1717 posteriormente às respectivas Subprefeituras para as providências cabíveis, por se



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1718 tratarem de questões de âmbito local e não de diretrizes gerais para a Conferência;
1719 registrou, como destaque dos encontros, a ampla participação popular, mencionando o
1720 caso de uma munícipe de 92 anos que participou ativamente das discussões sobre
1721 habitação em equipamento público da região, fato que simboliza o engajamento da
1722 população nas etapas preparatórias; por fim, reiterou que a 8ª Conferência Municipal da
1723 Cidade será realizada nos dias 26 e 27, no Ginásio do Pacaembu, informando que as
1724 inscrições online já foram encerradas por atingirem o limite previsto, permanecendo a
1725 possibilidade de participação presencial mediante disponibilidade de vagas
1726 remanescentes, por ordem de chegada; encerrou agradecendo a atenção de todos e
1727 registrando que a equipe encontra-se mobilizada para a realização do evento; com a
1728 palavra, a Sra. Julia Maia agradeceu à Sra. Sueli e, em sequência, a Sra. Talita registrou
1729 que havia uma munícipe com a mão levantada, cumprimentando-a e solicitando que se
1730 identificasse ao microfone; na sequência, com a palavra, Sra. Aline identificou-se como
1731 assessora da Vereadora Kate Lima e informou estar presente na condição de
1732 observadora, indagando acerca de como está funcionando a indicação pelo setor
1733 público, especificamente pelo Poder Legislativo; em seguida, com a palavra, a Sra. Sueli
1734 esclareceu que foi encaminhado ofício ao Presidente da Câmara, estando no momento
1735 aguardando sua manifestação, uma vez que tal providência foge à responsabilidade da
1736 Comissão, sendo o Presidente o responsável pelas indicações, informou ainda que foram
1737 solicitados 08 Vereadores, sendo 04 Titulares e 04 Suplentes; em sequência, com a
1738 palavra, Sra. Aline formulou nova indagação acerca dos delegados da sociedade civil,
1739 mencionando o regulamento e questionando se a escolha ocorreria por votação no dia;
1740 em réplica, a Sra. Sueli esclareceu que não havia afirmado que já existiam indicações da
1741 sociedade civil, reiterando que as indicações do Poder Público seguem rito próprio,
1742 enquanto os representantes da sociedade civil serão eleitos no dia, cabendo a cada
1743 segmento definir a forma de eleição entre seus pares, conforme disposto no
1744 regulamento; em seguida, com a palavra, Sra. Aline questionou se haveria necessidade
1745 de comprovação das associações da sociedade civil e dos movimentos populares,
1746 indagando se seria exigido CNPJ ou tempo mínimo de constituição formal; em réplica, a
1747 Sra. Sueli esclareceu que, no momento da inscrição online, foram disponibilizados
1748 diversos campos com o intuito de facilitar o preenchimento, devendo o interessado
1749 indicar o segmento e a Subprefeitura a que pertence, bem como responder aos quesitos
1750 exigidos pelo Governo Federal, inclusive mediante declaração de veracidade das
1751 informações prestadas, sendo de responsabilidade do declarante a veracidade dos
1752 dados informados; em sequência, informou que, para a inscrição presencial, todos
1753 deverão apresentar documento oficial com foto na entrada, independentemente de
1754 inscrição prévia online, e que também deverão declarar a veracidade das informações,
1755 esclarecendo, ainda, que será realizado controle por meio de pulseiras numeradas de 1 a
1756 5000, sendo as de numeração 4001 a 5000 destinadas às 1000 pessoas que
1757 eventualmente realizarem cadastro presencial no local; por fim, a Sra. Sueli indagou se
1758 haveria mais alguma manifestação; em seguida, com a palavra, a Sra. Julia Maia
1759 agradeceu à Sra. Sueli e informou que passariam ao último item de pauta, também



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1760 relacionado à Comissão Organizadora da Conferência, solicitando que a Sra. Sueli
1761 permanecesse para tratar do tema; em sequência, esclareceu que a Conferência é
1762 organizada por Comissão Organizadora e que 03 membros, sendo 02 Titulares e 01
1763 Suplente, apresentaram Renúncia às respectivas vagas, cabendo ao colegiado deliberar
1764 sobre as substituições na presente data; informou que formalizaram Renúncia os
1765 Titulares Sr. João Moreirão e Sra. Renata Esteves, bem como a Suplente Sra. Maria
1766 Laura Fogaça; na sequência, com a palavra, o Sr. Daniel suscitou questão de ordem,
1767 solicitando verificação de quórum; em réplica, a Sra. Talita esclareceu que não há
1768 quórum para deliberação, apenas para indicação, ressaltando que o item constou em
1769 pauta como indicação, tendo sido previamente encaminhada a minuta e as
1770 comunicações de Renúncia, não havendo previsão de quórum para deliberação formal;
1771 em seguida, esclareceu que se trata de indicação do CMPU, razão pela qual o tema foi
1772 trazido à pauta, informando que a Sra. Sueli comunicou as Renúncias e solicitou a
1773 inclusão do assunto, especialmente considerando que a Conferência ocorrerá nos dias
1774 26 e 27 próximos; em sequência, a Sra. Julia Maia lembrou que, embora a Conferência
1775 ocorra no final de semana, os trabalhos da Comissão Organizadora prosseguem
1776 posteriormente, com a sistematização das propostas para as etapas estadual e nacional;
1777 na sequência, a Sra. Talita organizou as inscrições e informou que, após a manifestação
1778 do Sr. Durval, concederia a palavra ao Sr. José André; com a palavra, o Sr. José André
1779 solicitou confirmação quanto à sua condição, indagando se, na qualidade de Suplente do
1780 Sr. Moreirão, com a Renúncia deste, teria passado à condição de Titular; em réplica, a
1781 Sra. Talita confirmou que sim, esclarecendo, contudo, que seria necessário proceder à
1782 indicação do novo Suplente, solicitando que o Sr. José André apresentasse a respectiva
1783 indicação; em seguida, com a palavra, a Sra. Sueli solicitou ao Sr. André que aguardasse,
1784 ponderando que não se recordava com exatidão da redação final do Regimento quanto
1785 à substituição em caso de Renúncia, embora tenha sido lido e relido diversas vezes,
1786 esclarecendo que, em regra, quando o Titular renuncia o Suplente assume, passando a
1787 haver necessidade de indicação de novo Suplente; exemplificou que, com a Renúncia do
1788 Sr. João Moreirão, o respectivo Suplente assume a titularidade, passando a ser
1789 necessária a indicação de novo Suplente; em sequência, esclareceu que, no caso da Sra.
1790 Renata, tanto a Titular quanto a Suplente, Sra. Maria Laura Fogaça, apresentaram
1791 Renúncia, razão pela qual será necessária a recomposição completa daquela cadeira,
1792 com indicação de 01 Titular e 01 Suplente; prosseguiu esclarecendo que, além dessa
1793 recomposição, será necessário indicar Suplente para a vaga anteriormente ocupada pelo
1794 Sr. Moreirão, agora assumida pelo respectivo Suplente; em seguida, houve
1795 esclarecimento entre as Sras. Julia Maia e Sueli acerca da correta identificação das
1796 cadeiras, restando consignado que, com as Renúncias formalizadas, será necessária a
1797 indicação de 03 membros para a Comissão Organizadora; na sequência, com a palavra, a
1798 Sra. Talita sintetizou que, de qualquer forma, faltam 03 pessoas para a devida
1799 recomposição das vagas; na sequência, com a palavra, o Sr. José André solicitou que
1800 fosse resgatada a resolução anteriormente deliberada de forma autônoma pelo CMPU,
1801 por meio da qual foi delegada competência à Comissão Organizadora para deliberar



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1802 sobre matérias afetas à Conferência, esclarecendo que, nos termos dessa delegação,
1803 compete à Comissão Organizadora deliberar sobre a recomposição de seus membros,
1804 cabendo ao CMPU apenas atuar em caso de esgotamento dos Suplentes; em seguida,
1805 propôs como encaminhamento que a Coordenadora da Comissão Organizadora
1806 convoque imediatamente, por e-mail, todos os Suplentes, a fim de que estes substituam
1807 os Titulares que apresentaram Renúncia, independentemente da ordem de suplência,
1808 considerando que a competência já foi formalmente delegada por resolução; prosseguiu
1809 afirmando que, uma vez instituída a Comissão Organizadora, somente ela poderá
1810 deliberar sobre seus próprios membros, não cabendo ao CMPU realizar novas
1811 indicações, sob pena de nulidade do ato; enfatizou que eventual indicação realizada
1812 diretamente pelo CMPU poderia comprometer a legalidade do procedimento; ao final,
1813 solicitou à Coordenadora da Comissão Organizadora que proceda à convocação dos
1814 Suplentes para comparecimento na Conferência, inclusive com publicação no Diário
1815 Oficial, a fim de resguardar a regularidade dos atos e evitar questionamentos
1816 posteriores, reiterando que o CMPU não detém mais competência para indicar
1817 membros à Comissão Organizadora; em seguida, com a palavra, a Sra. Talita esclareceu
1818 que, na última reunião da Comissão Organizadora da qual participou, houve
1819 entendimento diverso, tendo inclusive sido solicitado que o CMPU realizasse reunião
1820 extraordinária para proceder às indicações, razão pela qual o tema foi incluído na pauta
1821 da presente reunião, registrando que há interpretação divergente acerca da
1822 competência; na sequência, com a palavra, a Sra. Julia Maia ponderou que, ainda que os
1823 Suplentes ascendam no âmbito da própria Comissão Organizadora, sem deliberação do
1824 CMPU, permanecerá vaga a posição de Suplente na Comissão; com a palavra, o Sr. José
1825 André destacou a necessidade de observância da eficácia e da celeridade dos atos,
1826 considerando a proximidade da Conferência, afirmando que o objetivo principal é
1827 assegurar que a Comissão Organizadora esteja devidamente composta para a realização
1828 dos trabalhos; prosseguiu esclarecendo que o CMPU deliberou e delegou à Comissão
1829 Organizadora a competência integral para tratar da organização da Conferência, não
1830 podendo agora retomar tal atribuição, por já ter sido formalmente transferida;
1831 acrescentou que, no seu entendimento, os Suplentes são da Comissão Organizadora
1832 como um todo, e não vinculados individualmente a determinado Titular, de modo que a
1833 Coordenadora poderia convocar todos os Suplentes, independentemente da ordem,
1834 para suprir as vagas existentes, assegurando o funcionamento regular da Comissão
1835 Organizadora, sem necessidade de nova deliberação do CMPU; em seguida, com a
1836 palavra, a Sra. Talita manifestou divergência quanto ao entendimento apresentado,
1837 iniciando ponderação sobre a necessidade de observância da representação por
1838 segmento; em sequência, o Sr. José André esclareceu que sua sugestão restringe-se aos
1839 membros da Sociedade Civil, a fim de preservar a paridade entre os segmentos, não
1840 sendo possível que Suplente de determinado segmento substitua vaga pertencente a
1841 outro, como Academia ou Sindicato; com a palavra, a Sra. Sueli indagou se a proposta
1842 seria que o próprio segmento de Movimento Popular indicasse substituto, considerando
1843 que os membros que apresentaram Renúncia pertencem a esse segmento; em réplica, o



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1844 Sr. José André reiterou que a convocação poderia recair sobre Suplente do próprio
1845 segmento; a Sra. Sueli ponderou que cada Titular possui Suplente específico; em
1846 seguida, a Sra. Julia Maia esclareceu que a proposta consistiria em deixar vaga a posição
1847 de Suplente, promovendo a ascensão para Titular dentro do próprio segmento;
1848 prosseguiu ponderando que, caso se opte por essa solução, seria necessária votação
1849 interna no segmento de Movimento Popular, uma vez que há diversos movimentos
1850 representados, ressaltando que tal medida resolveria apenas parte das vagas, pois, com
1851 a ascensão automática do Sr. Durval à titularidade anteriormente ocupada pelo Sr. João
1852 Moreirão, permaneceria a necessidade de indicação de novo Suplente, o que
1853 demandaria indicação oriunda do CMPU; na sequência, o Sr. José André reiterou que os
1854 Suplentes já existem e que, posteriormente, poderá ser realizada nova indicação para
1855 evitar descontinuidade dos trabalhos, destacando que o Suplente, em caso de Renúncia,
1856 sucede o Titular de forma definitiva; em seguida, a Sra. Sueli, concordando parcialmente
1857 com o raciocínio apresentado, sugeriu que, para suprir a vaga da Sra. Renata, fosse
1858 indicada a Sra. Civi como Titular, por já integrar a Comissão Organizadora; na sequência,
1859 a Sra. Julia Maia buscou confirmar o encaminhamento, consignando que o Sr. Durval
1860 assumiria a titularidade anteriormente ocupada pelo Sr. João Moreirão e que a Sra. Civi
1861 assumiria a vaga da Sra. Renata; em réplica, a Sra. Sueli esclareceu que, nesse cenário, o
1862 Sr. Durval ficaria sem Suplente, assim como o Titular vinculado à Sra. Civi também
1863 ficaria sem Suplente, resultando na necessidade de indicação de 02 novos Suplentes; ao
1864 final, ponderou que tais indicações poderiam ser deliberadas em momento posterior,
1865 mediante inclusão em pauta e submissão à votação na próxima reunião; em seguida,
1866 com a palavra, a Sra. Talita pediu a palavra e esclareceu que a indicação original
1867 realizada pelo CMPU sempre se deu com a vinculação expressa entre Titular e
1868 respectivo Suplente, modelo que foi mantido nas reuniões subsequentes da Comissão
1869 Organizadora; ponderou que, por questão de organização e de respeito à forma como a
1870 indicação foi deliberada pelo CMPU, cada Titular possui Suplente específico, não
1871 havendo Suplente genérico do segmento que possa substituir qualquer membro
1872 indistintamente; em sequência, esclareceu que, após a deliberação do CMPU, foi
1873 constituída formalmente a Comissão Organizadora, com publicação de Portaria
1874 contendo os representantes, abrangendo membros do Poder Público e da Sociedade
1875 Civil, sendo que, no âmbito do CMPU, as indicações referem-se apenas à Sociedade
1876 Civil, não tendo sido preenchidas todas as vagas inicialmente; registrou ainda que,
1877 conforme já mencionado, eventuais vagas não preenchidas no âmbito do CMPU
1878 poderiam ser posteriormente supridas conforme deliberação da própria Comissão
1879 Organizadora; ao final, ponderou que, caso o entendimento majoritário seja de que o
1880 CMPU não possui mais competência para deliberar sobre o tema, não haveria
1881 deliberação nesta instância, devendo a matéria ser encaminhada à Comissão
1882 Organizadora, questionando, contudo, se as vagas permaneceriam em aberto para os
1883 dias 26 e 27, considerando a proximidade da Conferência, ressaltando que resta apenas
1884 um dia para eventual comunicação e ajuste; em seguida, com a palavra, a Sra. Sueli
1885 ponderou que não haveria prejuízo à realização da Conferência caso as vagas



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

1886 remanescentes não fossem imediatamente preenchidas, considerando que a ausência
1887 das indicações não inviabiliza o evento, tratando-se de medida que contribuiria para a
1888 organização, mas que não comprometeria sua realização; acrescentou, na qualidade de
1889 Coordenadora da Comissão Organizadora, que não vislumbrava viabilidade de concluir
1890 tal definição naquele momento; em sequência, a Sra. Talita manifestou entendimento de
1891 que seria possível deliberar posteriormente, sugerindo que o assunto fosse remetido à
1892 próxima reunião da Comissão Organizadora; com a palavra, o Sr. José André solicitou
1893 que constasse em extrato que, em razão de resolução anteriormente aprovada, o
1894 Plenário reconheceu a incompetência do CMPU para deliberar sobre a matéria,
1895 devolvendo a questão à Coordenadora da Comissão Organizadora para as providências
1896 cabíveis; em seguida, a Sra. Sueli ponderou acerca da fixação de prazo, mencionando o
1897 período de 10 dias após a Conferência para encaminhamento da documentação a
1898 Brasília, mas ressaltou que o Regimento não estabelece prazo específico para tal
1899 convocação, podendo ser realizada reunião extraordinária, razão pela qual sugeriu não
1900 constar prazo determinado, a fim de evitar dificuldades posteriores, especialmente
1901 considerando a necessidade de aprovação de formulário e relatório; em sequência,
1902 consolidou-se o entendimento de que a matéria seria retirada de pauta, com devolução
1903 à Comissão Organizadora para deliberação própria; por fim, a Sra. Talita consignou a
1904 retirada de pauta por aclamação dos presentes, agradeceu à Sra. Sueli e, antes do
1905 encerramento, registrou que o Sr. Zildo havia solicitado a palavra, concedendo-lhe a
1906 manifestação; **7)** ao final da reunião, com a palavra, o Conselheiro Titular do Conselho
1907 Participativo Municipal da Macrorregião Leste 2, Sr. José Zildo de Almeida Silva,
1908 apresentou demanda dirigida à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras e à
1909 Secretaria Municipal das Subprefeituras, relacionada à obra do CEU Jambeiro,
1910 solicitando que, na próxima reunião, os representantes das referidas Secretarias se
1911 manifestem sobre o tema; em réplica, a Sra. Presidente informou que solicitará a
1912 manifestação das mencionadas Secretarias; Com a palavra, o Sr. Zildo relatou demanda
1913 referente a obra em execução no CEU Jambeiro, informando ter recebido diversas
1914 reclamações de munícipes quanto à demora na conclusão dos serviços; mencionou que,
1915 ao verificar in loco a situação, constatou que a obra, executada pela empresa Marcon,
1916 teria recebido aditamento contratual de mais três meses, apesar de, segundo sua
1917 avaliação, as condições climáticas no ano anterior terem sido favoráveis à execução;
1918 registrou ainda que a situação foi objeto de reportagem do telejornal Bom Dia São
1919 Paulo, que também teria apontado irregularidades e morosidade; acrescentou que a
1920 mesma empresa executa outra obra na região, mencionando intervenções na Ponte da
1921 Coroa de Frade e na Ponte da Sertaneja, havendo registro de paralisação sob
1922 justificativa de chuvas; diante disso, solicitou que, na próxima reunião, sejam convidados
1923 representantes da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, da
1924 Subprefeitura de São Mateus e/ou da São Paulo Obras para prestar esclarecimentos
1925 acerca do andamento contratual, dos aditamentos e das providências adotadas,
1926 ressaltando que os atrasos impactam diretamente a população local; **8)** não havendo
1927 mais assuntos a serem tratados, a Presidente agradeceu a participação de todos e, em



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

- 1928 seguida, declarou encerrada a reunião às 17h28min; em sequência, registra-se a
1929 retificação do Item **05** do Extrato da 87ª Reunião Ordinária, publicada no Diário Oficial
1930 da Cidade de São Paulo, em 26 de maio de 2025, página 108.

PRESIDÊNCIA

JULIA MAIA JEREISSATI

SUPLENTE

APOIO

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CMPU

TALITA CAVALARI VEIGA

SECRETÁRIA EXECUTIVA

ENTIDADES PRESENTES

ORGÃOS MUNICIPAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

SUELI GUERREIRO MORALES

TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (2)



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

FERNANDO HENRIQUE GASPERINI
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (1)

FERNANDO HENRIQUE GASPERINI
SUPLENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (3)

BEATRIZ BRUNO MENDES
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DAS SUBPREFEITURAS – SMSUB

PATRÍCIA VIEIRA COSTA
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE E TRANSPORTES – SMT

MICHELE PEREA CAVINATO
TITULAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA E OBRAS – SIURB



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

ANA CAROLINA PIUNTI DA COSTA

TITULAR

SMC

MARÍLIA ALVES BARBOUR

SUPLENTE

SP - URBANISMO

GUILHERME HENRIQUE FATORELLI DEL'ARCO

TITULAR

COHAB

MARIA JOSE GULLO

SUPLENTE

SOCIEDADE CIVIL

SUBPREFEITURA

MACRORREGIÃO CENTRO

RODOLPHO FURLAN DOMINGUES



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA –
CMPU**

SUPLENTE

MACRORREGIÃO LESTE 1

GILSON ALMEIDA BARRETO JUNIOR

SUPLENTE

CPM MACRORREGIÃO NORTE 2

FRANCISCO JOÃO MOREIRÃO DE MAGALHÃES

TITULAR

CPM MACRORREGIÃO CENTRO

STELA DE CAMARGO DALT

TITULAR

CPM MACRORREGIÃO LESTE 2

JOSÉ ZILDO DE ALMEIDA SILVA

TITULAR

CPM MACRORREGIÃO SUL 1

DURVAL TABACH



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

TITULAR

CPM MACRORREGIÃO SUL 2

ANGELI FRANCO NOBRE

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA

MOVIMENTO DE MORADIA 1

MARILENE RIBEIRO DE SOUZA

SUPLENTE

MOVIMENTO DE MORADIA 2

SEVERINA RAMOS DO AMARAL DA SILVA (UMM)

TITULAR

MOVIMENTO DE MORADIA 2

SEVERINA RAMOS DO AMARAL DA SILVA (UMM)

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 2

RENATA ESTEVES DE ALMEIDA ANDRETTO (ASSAMPALBA)

TITULAR

ASSOCIAÇÃO DE BAIRRO 4

JOSÉ ANDRÉ DE ARAUJO (UMPMA)

SUPLENTE

SETOR EMPRESARIAL

SETOR EMPRESARIAL 2

ANDY ALEXANDRE GRUBER (SECOVI-SP)

TITULA

SETOR EMPRESARIAL 2

JULIANA BRAGA PAVIATO (ABRAINC)

SUPLENTE



CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA – CMPU

SETOR EMPRESARIAL 3

DANIELA FERRARI TOSCANO DE BRITTO (SINDUSCON/SP)

TITULAR

SETOR EMPRESARIAL 4

BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT (ACSP)

TITULAR

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL - ONG

MARIA ELISA DO NASCIMENTO (DiverCidades)

SUPLENTE

ENTIDADES ACADÊMICAS E DE PESQUISA LIGADAS À ÁREA DE PLANEJAMENTO URBANO

DANIEL TODTMANN MONTANDON (UNINOVE)

TITULAR

MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS 1

ELOISE TORRES AMADO (CBCS)

TITULAR



**CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA -
CMPU**

MOVIMENTOS CULTURAIS

ANA LUIZA DALCIN ARAGÃO (CPC-UMES)

SUPLENTE

ENTIDADES RELIGIOSAS

SANDRA RAMALHOSO (MITRA)

TITULAR

CONSELHO MUNICIPAL DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMPD

CARLOS ALBERTO MORAES DA SILVA

SUPLENTE

SECRETARIA DO ESTADO E DO MEIO AMBIENTE

MÁRCIA RENATA ITANI

SUPLENTE